

Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

Direito



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – Feso

Antônio Luiz da Silva Laginestra

Presidente

Jorge Farah

Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva

Secretário

José Luiz da Rosa Ponte

Kival Simão Arbex

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes

Direção Geral

Michele Mendes Hiath Silva

Direção de Planejamento

Solange Soares Diaz Horta

Direção Administrativa

Fillipe Ponciano Ferreira

Direção Jurídica

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – Unifeso

Verônica Santos Albuquerque

Reitora

Roberta Montello Amaral

Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Mariana Beatriz Arcuri

Direção Acadêmica das Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim

Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas

Pedro Luiz Pinto da Cunha

Direção de Educação a Distância

HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – Hctco

Rosane Rodrigues Costa

Direção Geral

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – Ceso

Roberta Franco de Moura Monteiro

Direção

CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – Ccfp

Edenise da Silva Antas

Direção

Copyright© 2022
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Roberta Montello Amaral (Presidente)
Anderson Marques Duarte (Coordenador Editorial)

Conselho Editorial e Deliberativo

Roberta Montello Amaral
Anderson Marques Duarte
Mariana Beatriz Arcuri
Verônica dos Santos Albuquerque
Vivian Telles Paim

Assistente Editorial

Laís da Silva de Oliveira

Revisor

Anderson Marques Duarte

Formatação

Laís da Silva de Oliveira

Capa

Thiago Pereira Dantas

F977 Fundação Educacional Serra dos Órgãos.
Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Caderno de questões comentadas do Teste de Progresso : Direito / Fundação
Educacional Serra dos Órgãos. --- Teresópolis: UNIFESO, 2022.
85 f. : il. color.

1. Fundação Educacional Serra dos Órgãos. 2. Centro Universitário Serra dos
Órgãos. 3. Teste de Progresso. 4. Direito. I. Título.

CDD 378.8153

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111
Alto - Teresópolis - RJ - CEP: 25.964-004
Telefone: (21)2641-7184
E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

ORGANIZADOR
LUCAS BAFFI

REVISOR
ANNE ROSE MARINHO ALVES FEDERICI MARINHO

AUTORES

CARLOS HENRIQUE RAMOS

CRISTIANE CHACHÉ

JOAQUIM DE OLIVEIRA

CARLA GONÇALVES

RAPHAEL ROCHA

FELIPE CAVALIERE

RICARDO LOBATO

GISELE ALVES

PAULO CRUZ

CAIO TARANTO

FERNANDO RANGEL

RAPHAELA PORTILHO

LUCAS BAFFI

RENATO MEIRELLES

APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso consiste em um instrumento avaliativo que foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil sua primeira aplicação se deu em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de Graduação em Direito, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a complexidade das questões para todos os períodos. São cinquenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e quarenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso e fundamentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O Teste de Progresso permite que seja avaliada a evolução do estudante, bem como das turmas, ao longo do curso. Serve também como alicerce para constantes reavaliações curriculares e dos processos avaliativos aplicados, favorecendo a elaboração de novas estratégias, quando necessário. Sendo assim, podemos considerá-lo um instrumento fundamental para a garantia de uma auto-avaliação pelos discentes e pelo curso como um todo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1ª QUESTÃO	9
2ª QUESTÃO	10
3ª QUESTÃO	11
4ª QUESTÃO	14
5ª QUESTÃO	15
6ª QUESTÃO	17
7ª QUESTÃO	19
8ª QUESTÃO	20
9ª QUESTÃO	23
10ª QUESTÃO.....	25
11ª QUESTÃO.....	26
12ª QUESTÃO.....	27
13ª QUESTÃO.....	28
14ª QUESTÃO.....	29
15ª QUESTÃO.....	29
16ª QUESTÃO.....	30
17ª QUESTÃO.....	31
18ª QUESTÃO.....	31
19ª QUESTÃO.....	32
20ª QUESTÃO.....	33
21ª QUESTÃO.....	34
22ª QUESTÃO.....	34
23ª QUESTÃO.....	36
24ª QUESTÃO.....	37
25ª QUESTÃO.....	37
26ª QUESTÃO.....	38
27ª QUESTÃO.....	39
29ª QUESTÃO.....	41
31ª QUESTÃO.....	42
32ª QUESTÃO.....	43
33ª QUESTÃO.....	44
34ª QUESTÃO.....	45
35ª QUESTÃO.....	46
36ª QUESTÃO.....	47
37ª QUESTÃO.....	47
38ª QUESTÃO.....	48
39ª QUESTÃO.....	50

40ª QUESTÃO.....	50
41ª QUESTÃO.....	52
42ª QUESTÃO.....	53
43ª QUESTÃO.....	54
44ª QUESTÃO.....	54
45ª QUESTÃO.....	56
46ª QUESTÃO.....	57
47ª QUESTÃO.....	58
48ª QUESTÃO.....	60
49ª QUESTÃO.....	61
50ª QUESTÃO.....	61
RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA 02839 - CADERNO 001	61

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO		NOTA FINAL	
	Aluno:		
	Componente Curricular: TP - Direito Constitucional, TP - Direito Administrativo, TP - Direito Internacional, TP - Direitos Humanos, TP - Direito Empresarial, TP - Direito Processual, TP - Direito Tributário, TP - Direito Ambiental, TP - Teoria Geral do Direito, TP - Direito Civil, TP - Direito Econômico e Economia Política, TP - Direito Penal, TP - Filosofia do Direito e Ética, TP - História do Direito, TP - Direito do Trabalho, TP - Antropologia, TP - Sociologia, TP - Teoria do Estado e Ciência Política, TP - Psicologia jurídica e TP - Conhecimentos Gerais		
	Professor (es):		
	Período: 202202 Turma: Data: 25/10/2022		

TESTE DE PROGRESSO 2022 - DIREITO

CADERNO 001

1ª QUESTÃO

Enunciado:

Leia atentamente o texto a seguir: Créditos de Carbono e Energia Renovável: entenda por que cada vez mais empresas estão investindo nessa solução

A palavra é estranha mesmo: “descarbonizar”. Mas o que é isso, afinal? E o que tem a ver com você? O uso de combustíveis fósseis, gera emissão de dióxido de carbono no meio ambiente, que é um dos gases que provoca o efeito estufa.

Um relatório elaborado pelo Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais mostrou como os 15 países que mais emitem esses gases, entre eles o Brasil, podem baixar drasticamente a concentração de dióxido de carbono e demais gases de efeito estufa em suas atividades até 2050 e ajudar a evitar o aumento da temperatura do planeta em mais de 2°C, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris em 2015. O caminho para um mundo mais sustentável passa pela “descarbonização”, que significa evitar o uso de combustíveis fósseis e aumento da eficiência energética nos processos produtivos. Além de garantir um ambiente com menores danos de efeitos climáticos extremos para as futuras gerações, empresas que investem em sustentabilidade têm benefícios imediatos, entre eles, o desenvolvimento da imagem e a geração de valor agregado para os negócios. Para alcançar o objetivo de minimizar a pegada de carbono, empresas podem substituir a eletricidade gerada em usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis por fontes renováveis ou lançar mão da compra de créditos de carbono, dentre outras alternativas.

Trechos extraídos de Canal Energia. Disponível em: <https://canalenergia.com.br/?noticia=creditos-de-carbono-e-energia-renovavel-entenda-por-que-cada-vez-mais-empresas-estao-investindo-nessa-solucao>

Considerando as informações apresentadas no texto, avalie as afirmações a seguir:

- I. Carvão mineral, petróleo e gás natural são exemplos de combustíveis fósseis, considerados fontes de energia não renováveis.
- II. Fontes de energia renováveis incluem a eólica, a solar, a hídrica e a biomassa, dentre outras.
- III. A compra e venda de créditos de carbono é um mecanismo que garante isenções fiscais para as empresas que conseguem atingir a meta de 50% de consumo total de eletricidade proveniente de fontes energéticas renováveis.

É correto o que se afirma em:

Alternativas:	(alternativa A) I, apenas. (alternativa B) I, II e III (alternativa C) (CORRETA) I e II, apenas. (alternativa D) II e III, apenas. (alternativa E) II, apenas.
----------------------	--

2ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Além do contexto econômico, o avanço da tecnologia também é um dos responsáveis pelo aumento dos trabalhadores informais. E a tendência de contratação de freelancers por meio de plataformas digitais, como aplicativos de delivery e de mobilidade urbana, ganhou até um nome: Gig Economy, que pode ser traduzida como “economia dos bicos”. Para os gigantes de tecnologia, detentores desses aplicativos, os motoristas e motoboys são trabalhadores autônomos, que não possuem vínculo empregatício. Além de não estarem sujeitos a nenhuma regulamentação e proteção legal, os profissionais que desenvolvem esse tipo de trabalho deixam de contribuir para a Previdência Social e de possuir benefícios como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias e décimo terceiro salário. Não obstante, ainda arcam com todo o custo da atividade que exercem. Em reportagem da Revista Exame que ouviu alguns desses trabalhadores, motoristas afirmaram sofrer com problemas de coluna e com o estresse do trânsito, além de longas jornadas de trabalho. Por esses motivos, a Gig Economy está no centro de uma discussão mundial acerca da responsabilidade dessas companhias milionárias sobre as condições de trabalho da mão de obra que contratam. No meio do limbo jurídico, quem sofrem são os trabalhadores dessas plataformas, que ficam duplamente desprotegidos pelas empresas e pelo Estado.</p> <p style="text-align: right;">Questão adaptada do ENADE 2021</p> <p>A partir das informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:</p> <p>I- Trabalhadores autônomos, informais que atuam em plataformas digitais sem qualquer vínculo empregatício, desprotegidos de regulamentação ou lei trabalhista, compõem a Gig Economy.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II- Os trabalhadores, na Gig Economy, arcam com os custos necessários para desempenhar o seu trabalho e ganham por produção, o que lhes garante flexibilidade de horários, tendo autonomia para definir sua jornada de trabalho de forma a compatibilizar a renda desejada com as suas condições de saúde.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:</p>
-------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) As asserções I e II são falsas.</p> <p>(alternativa B) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa C) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa E) (CORRETA) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.</p>
----------------------	---

3ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº. 13.005/2014, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileiro no período de 2014 a 2024. No que se refere a educação superior, o PNE definiu as seguintes metas para serem atingidas em 2024:</p> <p style="padding-left: 40px;">Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida de matrícula na educação superior para 33% (trinta e três por cento), assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.</p> <p>A taxa bruta de matrícula na educação superior não leva em consideração a faixa etária. Já a taxa líquida se refere ao percentual da população de 18 a 24 anos matriculada no ensino superior.</p> <p>Analise os gráficos do último censo educacional do Ministério da Educação (2020) e da 11ª edição do mapa do ensino superior, publicado pelo SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo) para responder o que se pede:</p> <p>Evolução das Taxas de Escolarização Bruta e Líquida para o Ensino Superior no Brasil de 2012 a 2020</p>
-------------------	---



$$TB = \frac{\text{População frequente educação superior}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

$$TL = \frac{\text{População 18 a 24 anos que frequenta educação superior}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

$$TLA = \frac{\text{População 18 a 24 anos frequente ou já concluiu educação superior}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

Fonte: Censo do Ensino Superior – MEC, 2021

Número de matrículas no Ensino Superior na Rede Pública e Privada nas modalidades presenciais e a distância (EAD) no Brasil de 2014 a 2019



Fonte: Mapa do Ensino Superior – SEMESP, 2020

Comparando-se os três gráficos é possível inferir que:

Alternativas:	<p>(alternativa A) O crescimento no total de matrículas no ensino superior nos últimos anos vem sendo fortemente impulsionada pela modalidade presencial.</p> <p>(alternativa B) As curvas das taxas bruta e líquida de matrículas no ensino superior sustentam a tendência de crescimento, que indicam que em 2024 as metas do PNE para esse segmento da educação no Brasil serão atingidas.</p> <p>(alternativa C) O segmento público representa metade das matrículas no ensino superior na modalidade presencial.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) Em 2019, as matrículas na modalidade presencial representavam mais de 2/3 do total de matrículas no ensino superior no Brasil, porém em curva com leve tendência de queda, enquanto a série das matrículas na modalidade a distância revelou crescimento acentuado.</p> <p>(alternativa E) O crescimento de matrículas na modalidade EAD garantiu que a meta de 40% das matrículas em instituições públicas de ensino fosse atingida já em 2019.</p>
----------------------	--

4ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>O Censo Demográfico é uma pesquisa realizada, a cada 10 anos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para traçar um perfil completo da população brasileira, com objetivos muito mais abrangentes do que a simples contagem populacional. O Censo 2022 começou no dia 1º de agosto, em todo o Brasil. Originalmente, ele deveria ter acontecido em 2020, já que o último Censo foi realizado em 2010, mas foi adiado em função da pandemia e da falta de destinação orçamentária de recursos. Assim, o Censo 2022 acontece 12 anos após a última pesquisa. Os dados coletados incluem condições de vida, emprego, renda, acesso a saneamento, saúde e escolaridade, entre outros. O conhecimento produzido pelo Censo é fundamental para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos públicos e privados no Brasil nos próximos anos. A partir do diagnóstico produzido pelo Censo, é possível acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução das características da população ao longo do tempo, identificar áreas de investimentos prioritárias em saúde, educação, habitação, transportes, energia e programas de assistência a crianças, jovens e idosos, assim como selecionar locais que necessitam de programas de estímulo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.</p> <p>Com base nas informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:</p> <p>I- Além do prejuízo na orientação das políticas públicas, a falta de dados atualizados proveniente do Censo impacta negativamente no federalismo.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II- O Censo também é uma ferramenta que orienta o tamanho dos repasses destinados a municípios e estados. Sem atualização, uma determinada cidade que teve forte crescimento populacional nos últimos anos pode receber menos recursos e outra que passou por um fluxo de emigração pode receber mais recursos do que o devido, por exemplo.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa B) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.</p> <p>(alternativa C) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa E) As asserções I e II são falsas</p>

5ª QUESTÃO

Enunciado:

Seleção multicultural: países de origem dos pais dos jogadores da França



Fonte: Enade (2018)

2022 é ano de Copa do Mundo de Futebol. A seleção francesa repete uma composição multicultural, assim como foi notado em 2018. Naquele ano, a seleção da França foi composta de 19 jogadores filhos de imigrantes da África e de outros países da Europa, o que fez desse elenco mais multicultural do que o time campeão da Copa de 1998. Apenas o goleiro Lloris, o lateral Pavard, o atacante Giroud e o meia Thauvin não se encaixavam nessa descrição. Tal composição suscitou inúmeros debates acerca da presença de imigrantes na sociedade francesa e do multiculturalismo na Europa. À perspectiva multicultural se contrapõem à xenofobia, ao racismo, à islamofobia, entre outras formas de segregação humana, sobretudo de imigrantes e seus descendentes.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/07/multiculturais-franca-e-belgica-buscam-unidade-nacional-na-copa.shtml>>. Questão adaptado Enade 2018

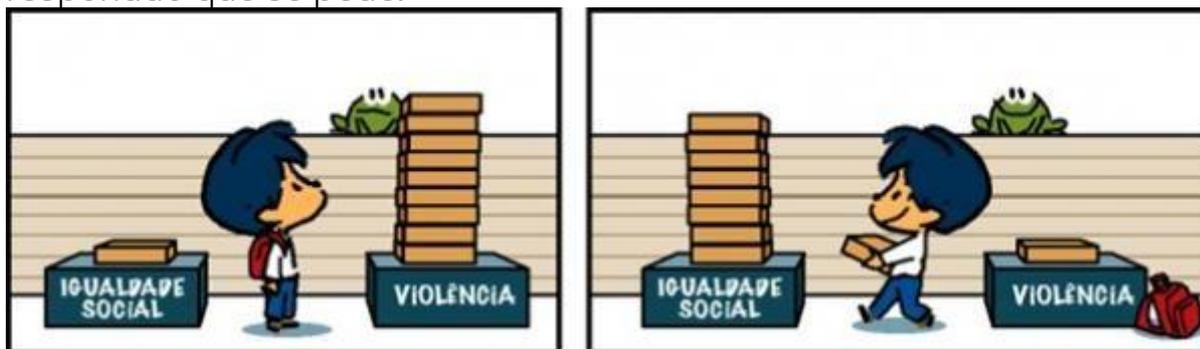
Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta.

Alternativas:	<p>(alternativa A) A admiração dos torcedores pelos jogadores da seleção francesa evidencia a redução do preconceito de cidadãos franceses contra descendentes de imigrantes.</p> <p>(alternativa B) A inclusão de jogadores de origem árabe e africana na seleção francesa teve o efeito imediato de minimizar visões e interpretações equivocadas dos efeitos da migração, como desemprego e pobreza.</p> <p>(alternativa C) A presença de jogadores franceses de origem africana sinaliza a efetiva integração dos imigrantes e de seus descendentes à sociedade francesa, após longo processo de incentivo à inclusão social de estrangeiros no país.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) A composição da seleção francesa aponta para a importância da perspectiva multicultural, em que se valorizam as formas de convívio entre os diferentes, a mediação de conflitos identitários e o exercício da alteridade.</p> <p>(alternativa E) O aumento do número de jogadores filhos de imigrantes e a ampliação da diversidade de nacionalidades ameaçam a perpetuação dos valores e da tradição do povo francês.</p>
----------------------	--

6ª QUESTÃO

Enunciado:

Observe a charge do personagem Armandinho, leia o texto proposto e responda o que se pede:



Tirinha de Alexandre Beck

De acordo com a Prof^a. Cecília Minayo, socióloga, pesquisadora emérita da Fundação Oswaldo Cruz, a violência é um fenômeno de causalidade complexa. Ela pode ser física, atingindo diretamente a integridade corporal, traduzindo-se em homicídios, agressões, violações e torturas. Pode também ser econômica, que consiste no desrespeito e apropriação, contra a vontade dos donos ou de forma agressiva, de algo de sua propriedade e de seus bens. Pode, ainda, ser moral e simbólica, aquela que trata da dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando os direitos do outro.

No Brasil, a violência é um fenômeno sócio-histórico, fundante e estrutural na nossa constituição social. A violência no Brasil desenvolveu-se historicamente como um instrumento político de manutenção da unidade territorial e da base econômica escravocrata. Os reflexos culturais e institucionais desse processo, somados a fatores como concentração de renda e desigualdade social são fatores que explicam as estatísticas de violência no nosso país. Somam-se nesse contexto outros elementos que conferem à violência um caráter multifacetado, como atributos individuais (constituição psíquica e de formação de personalidade dos perpetradores de atos violentos), políticas públicas fomentadoras de confronto, dispositivos legais tolerantes com algumas formas de violência, discursos estigmatizantes e de ódio que conduzem à “desumanização” de coletivos que se contrapõem no campo do posicionamento político ou religioso ou que pertencem a grupos étnicos específicos, dentre outros.

Analise as afirmativas a seguir, considerando a tirinha e o texto:

- I. A charge do personagem Armandinho, de forma ilustrativa, passa a seguinte ideia: violência e igualdade social são inversamente proporcionais.
- II. A charge do personagem Armandinho e o texto passam mensagens contraditórias sobre o fenômeno da violência.
- III. O texto aponta a desigualdade social como uma das causas da violência. Não como a única causa, mas como um fator num universo multicausal.
- IV. O texto apresenta a concentração de renda e a desigualdade social como fatores que prevalecem sobre as causas históricas, culturais, psíquicas e comportamentais.

É correto o que se afirma em:

Alternativas:	<p>(alternativa A) I, II, III e IV.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) I e III, apenas.</p> <p>(alternativa C) II e III, apenas.</p> <p>(alternativa D) I e II, apenas.</p> <p>(alternativa E) I, II e III, apenas.</p>
---------------	--

7ª QUESTÃO

Enunciado:

Leia o texto e analise os painéis apresentados para responder o que se pede.

O Marco Legal do Saneamento Básico completou dois anos em 15 de julho de 2022. A nova legislação modernizou o ambiente regulatório nacional, adicionando segurança jurídica e previsibilidade necessária à atração de investimentos privados significativos para o setor. O objetivo foi estabelecer alternativas de financiamento e mecanismos para universalizar os serviços de saneamento básico no Brasil até 2033, garantindo que 99% da população tenha acesso ao abastecimento de água e 90% à coleta e tratamento de esgoto. O ponto de partida da nova legislação consiste no incentivo para que os municípios façam adesão ao modelo de regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, com o estabelecimento da cobrança pela prestação dos serviços, o que favorece ganhos de escala para a modelagem econômico-financeira a partir de arranjos sustentáveis de municípios. Desse modo, a universalização dos serviços de saneamento pode ser viabilizada em cidades que não tenham capacidade individual para o alcance das metas, nos prazos estabelecidos.



Fonte: SNIS/Ministério do Desenvolvimento Regional

A partir das informações apresentadas, associadas ao painel do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que compara o atendimento com rede de água e esgoto em 2010 e 2020, é correto afirmar que:

Alternativas:	<p>(alternativa A) Se o percentual de atendimento com rede de água para a população total seguir ritmo uniforme de crescimento idêntico ao da década 2010-2020, em 2033, o objetivo do Marco Legal do Saneamento Básico, referente ao acesso a abastecimento de água, será alcançado.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) O modelo incentivado pelo Marco Legal do Saneamento Básico pressupõe a união de municípios regionalmente de forma a garantir acesso a rede de água e esgoto em cidades que isoladamente não possuiriam capacidade de atrair o interesse do setor privado.</p> <p>(alternativa C) Os maiores desafios para o alcance dos objetivos do Marco Legal do Saneamento Básico está no atendimento à população urbana, residente nas metrópoles.</p> <p>(alternativa D) Tomando por base o ano de 2020, o atendimento à população total com coleta e tratamento de esgoto precisaria crescer 25,0% em 13 anos para atingir o objetivo do Marco Legal do Saneamento Básico.</p> <p>(alternativa E) Se o percentual de atendimento com rede de esgoto para a população total seguir ritmo uniforme de crescimento idêntico ao da década 2010-2020, em 2033, o objetivo do Marco Legal do Saneamento Básico, referente à coleta e tratamento de esgoto, será alcançado.</p>
----------------------	---

8ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>A partir dos textos e imagem apresentados sobre Rios Voadores, escolha a alternativa que responde à questão:</p> <p>Um ditado popular antigo da região amazônica dizia que por lá havia apenas duas estações: a úmida e a mais úmida. Mas a degradação da floresta, com aumento de desmatamento e queimadas, já mudou a tradição. Há períodos de seca, e a época úmida não dura tanto. O que seria uma tragédia por si só promete um futuro ainda mais distópico para o Brasil – sem a Amazônia, o país pode virar um deserto. Quem explica esse cenário é o cientista Antonio Nobre, um dos responsáveis por demonstrar como ‘rios voadores’ formados na Amazônia irrigam grande parte do Brasil e da América do Sul. Uma árvore grande, escreve Nobre no relatório <i>O Futuro Climático da Amazônia</i>, bombeia do solo para a atmosfera mil litros de água por dia. A floresta, como um todo, joga no ar um volume maior de água do que o do próprio rio Amazonas. Essa imensa massa de ar repleta de vapor de água viaja até três mil quilômetros América do Sul à dentro. Isso ocorre por meio da transpiração das árvores. (...) No cenário mais dramático, a devastação da Amazônia poderia transformar o Brasil numa espécie de Austrália. Franjas de áreas úmidas no litoral com um grande deserto no centro do país. Para evitar isso, é fundamental frear de imediato a destruição da floresta. Também não custa olhar para o conhecimento de povos que viveram em harmonia por ali durante séculos.</p> <p>José Paulo Vicente. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2021/03/posso-explicar-rios-voadores-da-amazonia-brasil-deserto</p>
-------------------	--

Os rios voadores são “cursos de água atmosféricos”, formados por massas de ar carregadas de vapor, muitas vezes acompanhados por nuvens, que são propelidos pelos ventos. Essas correntes de ar invisíveis passam por cima das nossas cabeças, carregando umidade da Bacia Amazônica para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. A floresta amazônica funciona como uma bomba d’água. Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo Oceano Atlântico e carregada pelos ventos alísios. Ao seguir terra adentro, a umidade cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração das árvores sob o sol tropical, a floresta devolve a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água. Dessa forma, o ar é sempre recarregado com mais umidade, que continua sendo transportada rumo ao oeste para cair novamente como chuva mais adiante. Propelidos em direção ao oeste, os rios voadores (massas de ar) recarregados de umidade – boa parte dela proveniente da evapotranspiração da floresta – encontram a barreira natural formada pela Cordilheira dos Andes. Eles se precipitam parcialmente nas encostas leste da cadeia de montanhas, formando as cabeceiras dos rios amazônicos. Porém, barrados pelo paredão de 4.000 metros de altura, os rios voadores, ainda transportando vapor de água, fazem a curva e partem em direção ao sul, rumo às regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e aos países vizinhos. É assim que o regime de chuva e o clima do Brasil se deve muito a um acidente geográfico localizado fora do país! A chuva, claro, é de suma importância para nossa vida, nosso bem-estar e para a economia do país. Ela irriga as lavouras, enche os rios terrestres e as represas que fornecem nossa energia.

Disponível em: <https://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>



- I- A desertificação da região central do Brasil pode ser uma consequência extrema do desmatamento da floresta amazônica se a destruição da floresta amazônica não for contida.

PORQUE

- II- A cabeceira dos rios amazônicos é formada pela precipitação da evapotranspiração florestal ao encontrar a barreira natural da Cordilheira dos Andes.

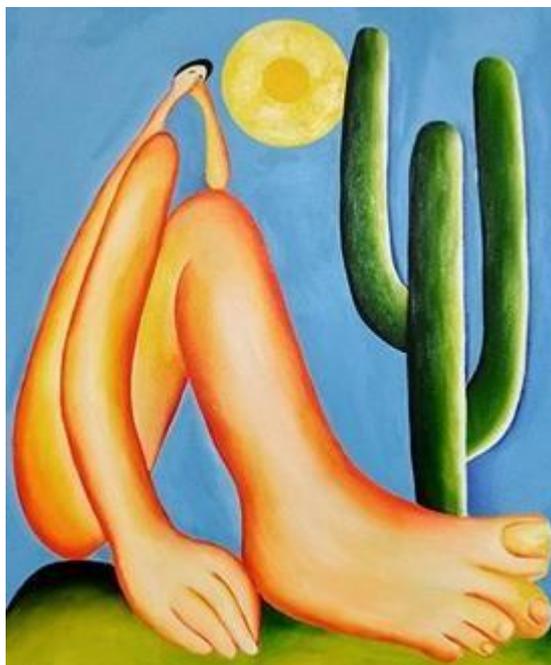
A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

Alternativas:	<p>(alternativa A) As asserções I e II são falsas.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.</p> <p>(alternativa D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa E) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p>
---------------	---

9ª QUESTÃO

Enunciado:

A figura reproduzida a seguir trata-se de uma clássica obra de Tarsila do Amaral, denominada Abaporu. Pintada a óleo em 1928, para ser oferecida a seu então marido, o escritor Oswald de Andrade, o quadro é uma peça representante do Modernismo Brasileiro.



Quando Oswald recebeu a tela ficou encantado e disse que aquele era o melhor quadro que Tarsila já havia pintado. Os elementos que constam na tela, especialmente a inusitada figura ao centro, despertaram em Oswald a ideia da criação do Movimento Antropofágico. Abaporu significa canibal, em tupi-guarani.

Analise as afirmativas a seguir sobre o Modernismo:

- I. Características do Modernismo no Brasil incluem a liberdade estética, a valorização da cultura brasileira e a crítica social.
- II. Diferentemente do Modernismo europeu, no Brasil esse movimento cultural se restringiu às artes plásticas, sem representatividade no campo da literatura e da música.
- III. O marco do Modernismo Brasileiro foi a Semana de Arte Moderna, que reuniu pintores, escultores, compositores, músicos e escritores em São Paulo no ano de 1922, cujo centenário está sendo celebrado em 2022.
- IV. Abaporu é um marco do movimento antropofágico, característico do Modernismo Brasileiro, liderado por Oswald de Andrade, cuja proposta era “engolir” as técnicas e as influências de outros países e fomentar o desenvolvimento de uma nova estética artística brasileira.

É correto o que se afirma em:

Alternativas: (alternativa A)

II, III e IV, apenas.

(alternativa B)

I, II, III e IV.

(alternativa C) (CORRETA)

I, III e IV, apenas.

(alternativa D)

I, II e III, apenas.

(alternativa E)

I, II e IV, apenas.

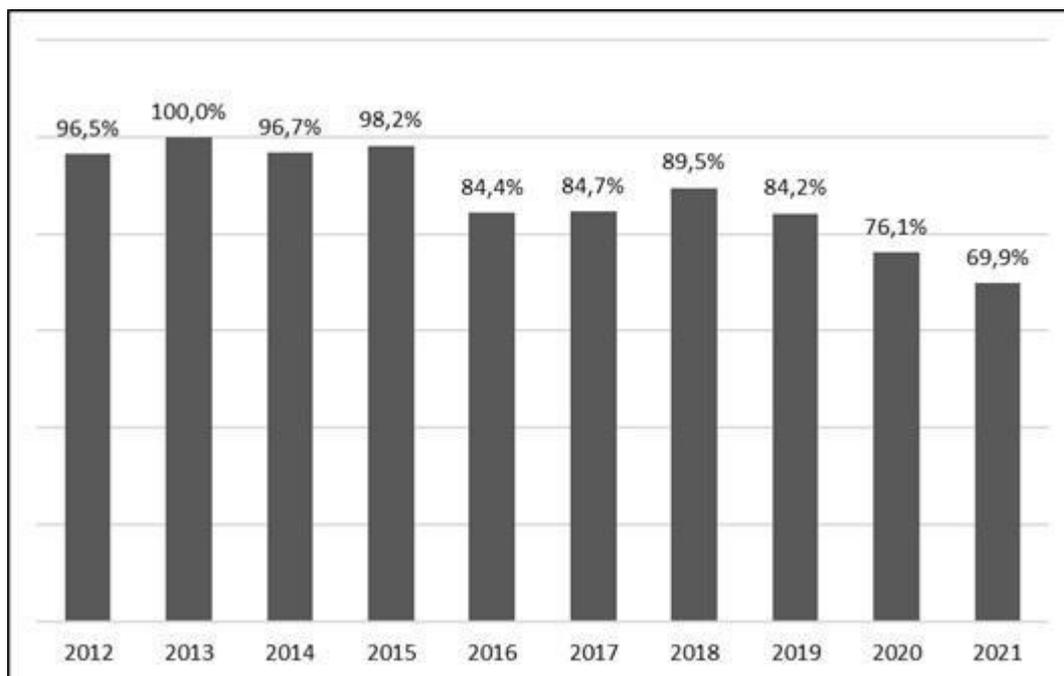
10ª QUESTÃO

Enunciado:

Matéria publicada em 02 de agosto de 2022, pelo Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde), informa sobre a baixa adesão à vacina contra a poliomielite no Brasil: “Há 10 anos, o Zé Gotinha ganhou um aliado de peso para manter a paralisia infantil longe das crianças brasileiras: a vacina inativada contra a poliomielite, cuja injeção intramuscular é considerada mais eficaz e segura do que as famosas gotinhas que erradicaram a doença no Brasil e em boa parte do mundo. Apesar disso, o aniversário de uma década dessa vacina no Programa Nacional de Imunizações (PNI) está sendo lembrado em agosto deste ano com preocupação por parte de pesquisadores e autoridades de saúde: enquanto a doença reaparece em algumas partes do mundo, a cobertura vacinal contra a pólio no Brasil está cada vez mais longe da meta de crianças protegidas”.

A meta recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é que se imunize 95,0% das crianças nascidas no ano. Observe a série histórica do percentual de cobertura vacinal apresentada no gráfico a seguir:

Cobertura vacinal da poliomielite de 2012 a 2021 – Percentual de crianças nascidas no ano imunizadas no Brasil



O Brasil não detecta casos de poliomielite desde 1989 e, em 1994, recebeu da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) a certificação de área livre de circulação do poliovírus selvagem, em conjunto com todo o continente americano. A queda das coberturas vacinais no continente, porém, fez a OPAS listar o Brasil e mais sete países da América Latina como áreas de alto risco para a volta da doença. O alerta ocorre em um ano em que o Malawi, na África, voltou a registrar um caso de poliovírus selvagem, e a cidade de Nova York, nos Estados Unidos, notificou um caso de poliomielite com paralisia em um adulto que não teria viajado para o exterior.

Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2581-vacina->

	<p>inativada-da-polio-completa-10-anos-com-baixa-adesao-no-brasil</p> <p>Considerando o texto e as informações apresentadas no gráfico acima, assinale a opção correta:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) O recorte da série histórica apresentada no gráfico demonstra uma tendência de estabilidade na cobertura vacinal para poliomielite no Brasil nos últimos quatro anos.</p> <p>(alternativa B) O último ano no qual o Brasil atingiu a meta de cobertura vacinal para poliomielite preconizada pela OMS foi 2018.</p> <p>(alternativa C) O aumento da cobertura vacinal para poliomielite no Brasil nos anos de pico da pandemia da Covid pode ser atribuído ao estímulo vacinal gerado pelas campanhas de imunização para o combate ao coronavírus.</p> <p>(alternativa D) A queda no percentual de cobertura vacinal para poliomielite no Brasil foi maior de 2019 para 2020, do que de 2015 para 2016.</p> <p>(alternativa E) (CORRETA) O incremento no percentual de cobertura vacinal para poliomielite no Brasil foi maior de 2017 para 2018, do que de 2014 para 2015.</p>

11ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Leia o trecho abaixo:</p> <p>“A Lei 14.133/2021 tem como novidade diversos instrumentos participativos e ferramentas inovadoras. Percebe-se que houve um esforço por parte do legislador e do administrador público de entender os empecilhos do ordenamento anterior, a Lei nº 8.666/93, e encontrar alternativas para resolvê-los, bem como de adequar a dinâmica da contratação e licitação a procedimentos simplificados e tecnológicos recomendados internacionalmente pela OCDE”. (BERNARDINO, Talitha Braz. Nova Lei de Licitações: vamos colaborar? Matéria publicada no JOTA, em 14.06.22).</p> <p>Como informado pela autora, a Lei nº 14.133/21 traz uma série de importantes alterações para o direito administrativo pátrio. Sobre os destinatários e o alcance da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21), assinale a alternativa correta:</p>
-------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte não podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais internalizados no Brasil.</p> <p>(alternativa B) As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas no exterior obedecerão apenas a legislação do país em que estiverem localizadas, não se aplicando os princípios da Lei nº 14.133/21.</p> <p>(alternativa C) As normas gerais de licitações se aplicam a todos os entes federados, excluindo-se os Tribunais de Conta e o Ministério Público, que serão regidos por leis específicas.</p> <p>(alternativa D) A Lei nº 14.133/21 não abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa.</p> <p>(alternativa E) (CORRETA) A Lei nº 14.133/21 abrange os fundos especiais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), bem como as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.</p>
----------------------	---

12ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Leia o trecho abaixo:</p> <p>“A Lei nº 14.230/2021 alterou profundamente aspectos processuais e materiais da Lei de Improbidade Administrativa e trouxe à tona intrigantes questões, ao retirar a moldura punitiva das condutas antes previstas como ímprobas”. (Jota, Reforma da Lei de Improbidade, disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/reforma-lei-de-improbidade-09112021>). Diante da reforma em matéria de improbidade no ordenamento jurídico brasileiro, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:</p> <p>As disposições da lei de improbidade são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, nos termos da lei, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>A Lei nº 14.230/2021 revogou completamente a Lei nº 8.429/1992, passando a vigor imediatamente após sua publicação.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:</p>
-------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p>(alternativa B) As asserções I e II são proposições falsas.</p> <p>(alternativa C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa corretada I.</p>
----------------------	--

13ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“A maior parte das agressões e manifestações discriminatórias contra as religiões de matrizes africanas ocorrem em locais públicos (57%). É na rua, navia pública, que tiveram lugar mais de 2/3 das agressões, geralmente em locais próximos às casas de culto dessas religiões. O transporte público também é apontado como um local em que os adeptos das religiões de matrizes africanas são discriminados, geralmente quando se encontram paramentados por conta dos preceitos religiosos.”</p> <p style="text-align: center;">REGO, L. F.; FONSECA, D. P. R.; GIACOMINI, S. M.. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.</p> <p>Com base na jusdiversidade, a práticas descritas no texto são incompatíveis com a dinâmica de uma sociedade laica e democrática porque:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) promovem a diversidade de etnias.</p> <p>(alternativa B) falseiam os dogmas teológicos.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) restringem a liberdade de credo.</p> <p>(alternativa D) asseguram as expressões multiculturais.</p> <p>(alternativa E) estimulam os rituais sincréticos.</p>

14ª QUESTÃO

Enunciado:	A Sociedade Empresária “Lucros Geram Felicidade Ltda.”, ao examinar o mercado local, decide participar de processo licitatório no Município de Teresópolis. Ocorre que a sociedade em questão possui débitos inscritos em dívida ativa. A exigibilidade, todavia, encontra-se suspensa. Dessa forma, a sociedade “Lucros Geram Felicidade Ltda.” solicita a certidão regularidade fiscal e tributária, a fim de que possa concorrer ao procedimento licitatório. O requerimento da empresa é indeferido pela Fazenda Pública teresopolitana, quenão atentou ao fato de que os débitos se encontravam com a exigibilidade suspensa, ferindo, assim, direito líquido e certo da sociedade empresária. Nessahipótese, o meio judicial que a empresa poderá se valer para obter a certidão e participar do certame é:
Alternativas:	(alternativa A) Ação Popular. (alternativa B) (CORRETA) Mandado de Segurança individual. (alternativa C) Ação Cautelar Fiscal. (alternativa D) Ação Civil Pública. (alternativa E) Mandado de Segurança coletivo.

15ª QUESTÃO

Enunciado:	Maicon Silveira é um renomado advogado que atua em determinado município do Estado da Bahia. Após anos de militância na condição de advogado, Maicondecide se candidatar ao cargo de Deputado Estadual. Em virtude da imagem positiva que possuía perante a comunidade em que vivia e laborava, Maicon logra êxito em se eleger. Logo no início de sua legislatura, Maicon se depara com uma discussão na Assembleia Legislativa da Bahia sobre a criação de novos municípios no Estado. Dedicado ao ofício, Maicon decide revisar os comandos constitucionais acerca do assunto para que possa se posicionar de forma mais embasada em relação aos temas que estão em votação. Com base no caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta:
-------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei complementar estadual.</p> <p>(alternativa B) A formação e a alteração de municípios dependerão de referendo da população diretamente interessada.</p> <p>(alternativa C) A aprovação de lei complementar estadual é ato vinculado/obrigatório da Assembleia Legislativa do Estado.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) É necessária edição de lei complementar federal pelo Congresso Nacional, fixando o período dentro do qual poderá ocorrer a formação e alteração de municípios.</p> <p>(alternativa E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei ordinária federal.</p>
----------------------	---

16ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Após o primeiro ano de seu mandato como Presidente da República, Emerson Silva enfrentou algumas dificuldades que não estava esperando. A negociação com o legislativo se mostrou dificultosa e foram propostas algumas legislações em sentido contrário ao das políticas almejadas pelo Presidente. Diante dessa situação, Emerson reflete sobre as possibilidades de vetar algumas das medidas propostas pelos parlamentares. Em seu gabinete, Emerson revisa as regras pátrias acerca do veto para decidir como agir. Com base no caso apresentado, assinale a opção correta:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) O veto poderá ser rejeitado por maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio aberto.</p> <p>(alternativa B) Quando parcial, o veto pode incidir sobre palavras ou termos de artigo, de parágrafo, de incisos ou de alíneas.</p> <p>(alternativa C) O veto do Presidente da República não poderá ser superado pelo Congresso Nacional, em razão do princípio da separação dos Poderes.</p> <p>(alternativa D) O veto jurídico não é considerado uma forma de controle de constitucionalidade preventivo, visto que não é realizado pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(alternativa E) A Constituição Federal de 1988 não concedeu ao Presidente da República o poder de vetar legislação oriunda do Congresso Nacional, sob pena de violação à separação entre os poderes.</p>

17ª QUESTÃO

<p>Enunciado:</p>	<p>A Sociedade Empresária Bragança Brinquedos Ltda. obteve o deferimento do processamento de seu pedido de recuperação judicial. Clara, credora trabalhista da referida devedora, ao tomar conhecimento da situação, revela a seu advogado possuir muitas dúvidas sobre como seus créditos serão tratados. A respeito dos créditos trabalhistas na recuperação judicial, julgue as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:</p> <p>I – sujeitam-se à forma de pagamento determinada pelo juiz; II – não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial e devem ser pagos de imediato; III – somente se tornam devidos até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador; IV – devem ser pagos nos termos do plano aprovado pela assembleia geral de credores, em prazo não superior a um ano; V – o prazo para pagamento desses créditos poderá ser estendido em até dois anos, desde que o plano de recuperação judicial atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz; aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho; e garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas.</p>
<p>Alternativas:</p>	<p>(alternativa A) Apenas a assertiva V está correta; (alternativa B) Apenas a assertiva IV está correta. (alternativa C) (CORRETA) Apenas as assertivas IV e V estão corretas; (alternativa D) Apenas a assertiva II está correta; (alternativa E) Apenas as assertivas I e III estão corretas;</p>

18ª QUESTÃO

<p>Enunciado:</p>	<p>Houve no Brasil por meio do Código Civil de 2002 uma tentativa de unificação formal do direito privado, bem como a definição de empresário como aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada. A relação entre Direito civil e direito empresarial não é de oposição, mas sim de especialidade. No âmbito do Direito de Empresa, é correto o que se afirma em</p>
--------------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) empresário exerce uma atividade “econômica”, que deve ser entendida como sinônimo da busca de superávit.</p> <p>(alternativa B) empresário exerce uma atividade “organizada”, entendida como a estruturação de dois elementos apenas, a saber: mão de obra e capital.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) conforme o Código Civil, é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.</p> <p>(alternativa D) as sociedades cooperativas normalmente não são empresárias, ressalvado que disponham de forma diversa nos seus atos constitutivos.</p> <p>(alternativa E) as atividades intelectuais, de natureza científica, literária, artística, bem como as rurais nunca serão empresárias.</p>
----------------------	--

19ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Os Direitos da Personalidade são os direitos inerentes à pessoa e à sua dignidade. Inclui-se no rol dos direitos de personalidade os dados pessoais. A nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) será emitida em um modelo único e com validade para o território nacional a partir do dia 4 de agosto de 2022. A Carteira de Identidade Nacional (CIN) é um documento digital que reúne em um único lugar todos os registros de cada cidadão. Nele, é possível encontrar informações sobre o documento de identidade (RG), CPF, Certidões de Nascimento e Casamento e Título de Eleitor. A CIN será emitida em duas versões: física e digital, que possuem o mesmo layout e segurança. A versão física, em papel ou em policarbonato, atende aos que não possuem acesso à internet, smartphones ou computadores. Sobre o documento único Rafael Copetti e José Renato Gaziero Cella (In: "A SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS NO BRASIL E O DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIDADE") dispõe que:</p> <p>I - "A ideia de simplificação e desburocratização nas relações do Estado e as pessoas físicas e jurídicas, assim como nas interações entre estas últimas, é de grande valia e iniciativa esperada por parcela significativa da sociedade."</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II - "Um documento único, além de limitar a quantidade de números e códigos que são necessários numa relação entre as partes citadas, facilita a identificação das pessoas e centraliza as operações em um órgão específico e dificulta fraudes."</p> <p>Sobre as afirmativas acima é correto afirmar que:</p>
-------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA)</p> <p>as duas são verdadeiras, e a segunda completa a primeira</p> <p>(alternativa B)</p> <p>as duas afirmativas são falsas.</p> <p>(alternativa C)</p> <p>a primeira é uma afirmativa falsa; e a segunda, verdadeira</p> <p>(alternativa D)</p> <p>as duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.</p> <p>(alternativa E)</p> <p>a primeira é uma afirmativa verdadeira; e a segunda, falsa.</p>
----------------------	---

20ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Analise o caso concreto: “Após assistir determinado programa de televisão, João, confiando na credibilidade do apresentador, o qual informava e fazia demonstrações sobre um aparelho celular em seu programa, efetuou compra do produto por meio de QR Code disponível na tela da TV, efetuando o pagamento à vista por meio de pix. Após 10 dias da compra, o produto chegou. Contudo, ao verificar o aparelho celular João tomou ciência que o aparelho não era como acreditou ser e por tal razão quer desistir do negócio. No entanto, ao efetuar contato via chat no site do fornecedor do produto, o mesmo informou que como João já retirou o aparelho da embalagem e já efetuou todo o pagamento nada poderá ser feito”. Nessa situação e de acordo com o Código de Defesa do Consumidor é correto afirmar que:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A)</p> <p>O fornecedor está correto. Afinal, João somente poderia ter desistido do negócio se não tivesse violado a embalagem.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA)</p> <p>João pode desistir do negócio, desde que respeitado o prazo legal, e ter a devolução integral do valor gasto, cujo valor deve ser pago de forma imediata.</p> <p>(alternativa C)</p> <p>João pode requerer a rescisão do negócio, mas como não tem justo motivo deverá arcar com metade do valor do aparelho celular.</p> <p>(alternativa D)</p> <p>O fornecedor está equivocado, pois como se trata de compra digital João pode se arrepender, desde que apresente justo motivo para tanto.</p> <p>(alternativa E)</p> <p>João somente poderia requerer a rescisão do negócio se o aparelho celular apresentasse algum defeito.</p>

21ª QUESTÃO

Enunciado:	Valter e Miriam são casados e trabalham para o mesmo empregador. Ambos são teletrabalhadores, tendo o empregador montado um <i>home office</i> no apartamento do casal, em Petrópolis, de onde eles trabalham na recepção e notratamento de dados informatizados. Para a impressão dos dados que serão objeto de análise, o casal necessitará de algumas resmas de papel, assim comode toner para a impressora que utilizarão. Assinale a opção que indica quem deverá arcar com esses gastos, de acordo com a CLT.
Alternativas:	<p>(alternativa A) A empresa deverá arcar com o gasto porque é seu o risco do negócio e asutilidades mencionadas no presente caso integram a remuneração dos empregados.</p> <p>(alternativa B) Cada parte deverá arcar com 50% desse gasto.</p> <p>(alternativa C) O casal deverá arcar com o gasto, pois não há como o empregador fiscalizar seo material será utilizado apenas no trabalho, sendo tal gasto integrado à remuneração dos empregados.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) A responsabilidade por esse gasto deverá ser prevista em contrato escrito e nãointegra a remuneração dos empregados.</p> <p>(alternativa E) Considerarando que o material é para o trabalho, a responsabilidade pelo custeio é da empresa, integralmente, e tais utilizadas não integram a remuneração dos empregados.</p>

22ª QUESTÃO

Enunciado:	Milton possui uma fábrica de massas que conta com 23 (vinte e três) empregados. Em fevereiro de 2021, Milton conversou individualmente com cadaempregado e propôs, para trazer maior agilidade, que dali em diante cada qual passasse a marcar ponto por exceção, ou seja, só marcaria a eventual hora extra realizada. Assim, caso a jornada fosse cumprida dentro das 8 (oito) horas diárias, não haveria necessidade de marcação. Diante da concordância, foi feito um termo individual para cada empregado, que foi assinado. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com o disposto na CLT, assinale a afirmativa correta.
-------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) O acerto é válido, porque o registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho pode ser feito por meio de acordo individual.</p> <p>(alternativa B) Para o acerto da marcação por exceção, é obrigatória a criação de uma comissão de empregados, que irá negociar com o empregador, e, em contrapartida, a empresa deve conceder alguma vantagem.</p> <p>(alternativa C) Somente por acordo coletivo ou convenção coletiva a referida disposição poderia ter sido estipulada.</p> <p>(alternativa D) O acordo é inválido, porque somente poderia ser feito por norma coletiva, e não individual.</p> <p>(alternativa E) A alteração, para ter validade, depende da homologação do Poder Judiciário, por meio de uma homologação de acordo extrajudicial.</p>
---------------	--

23ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“As razões para a limitação da duração do trabalho são de ordem biológica, social, econômica, religiosa e familiar” (LEITE, 2021, p. 275). Visam o bem estar e a satisfação do trabalhador e de sua família, proporcionando-lhe um período de descanso para recomposição física e mental, evitando doenças, além de promover uma convivência familiar fora do ambiente de trabalho e, do empregador que busca a sua satisfação através do lucro.</p> <p>“A duração do trabalho é o tempo de labor legalmente outorgado ou contratualmente oferecido a um empregado e que se identifica a partir da constatação da jornada e da carga semanal exigíveis” (MARTINEZ, 2021, p.245).</p> <p>Em relação a jornada de trabalho, <u>julgue as assertivas abaixo e marque a alternativa correta</u>, à luz da CLT:</p> <p>I- Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.</p> <p>II- Não são consideradas como trabalho extraordinário as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p> <p>III- O horário de trabalho de 12 x 36 horas poderá ser pactuado mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Excluem-se da remuneração da referida jornada os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado, pelo descanso em feriados e prorrogações de trabalho noturno, quando houver.</p> <p>IV- Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, desde pactuada por negociação coletiva (convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho).</p> <p>V- A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza salarial, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) Somente I, IV e V são corretas.</p> <p>(alternativa B) Somente I e III são corretas.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA)</p> <p>Somente I e II são corretas.</p> <p>(alternativa D) Somente II, III e V são corretas.</p> <p>(alternativa E) Somente I, II e IV são corretas.</p>

24ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) fiscaliza pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerça atividade sob o regime de monopólio legal. Nos atos de fiscalização e controle, pode haver identificação de eventual infração, nos termos da Lei nº 12.529/11. As diversas formas de infração à ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores. Tendo-se em vista o objeto de controle do SBDC e do regime de responsabilização das infrações à ordem econômica, conforme exposto, marque a alternativa CORRETA:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) Constituem infração à ordem econômica, sendo necessário comprovação de culpa grave, os atos sob qualquer forma manifestados, que venham a limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, solidariamente.</p> <p>(alternativa C) Constituem infração da ordem econômica, sendo necessária a comprovação de culpa grave ou dolo, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto dominar relevante mercado de bens e serviços.</p> <p>(alternativa D) A desconsideração da personalidade jurídica do responsável por infração à ordem econômica não será permitida em caso de falência, inclusive por má administração.</p> <p>(alternativa E) A repressão das infrações da ordem econômica exclui a punição de outros ilícitos previstos em lei, por ser sanção principal.</p>

25ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>A Constituição de 1988 contempla, no artigo 173, que:</p> <p><i>“Art. 173. Ressalvado os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei”.</i></p> <p>A Administração Pública, portanto, ora presta serviços públicos, ora exerce atividade econômica. Quanto ao exercício de atividade econômica e prestação de serviços públicos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, é CORRETO afirmar que:</p>
-------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) Uma empresa pública possui natureza jurídica de direito público para a prestação de atividade econômica.</p> <p>(alternativa B) Uma empresa pública não pode prestar serviço tipicamente público, mas apenas atividade econômica.</p> <p>(alternativa C) Sociedades de economia mista e empresas públicas são constituídas por capital exclusivamente público.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) Uma empresa pública poderá assumir a forma de sociedade anônima, podendo exercer atividade econômica.</p> <p>(alternativa E) Uma sociedade de economia mista para o exercício de atividade econômica é constituída na forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou, a critério da lei, na forma de sociedade anônima, adequando-se à prestação de atividade econômica pela Administração Pública.</p>
----------------------	---

26ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“Depois vieram os iluministas e os positivistas e a vinculação entre o direito e a justiça foi negada. A nefasta influência dessas teorias fez os juízes acreditarem que sua profissão não os obrigava a encontrar e ordenar o justo, mas simplesmente executar as leis vigentes [...] acho que o jurista não é um subserviente da política; é um servidor da justiça.” (FÜLLER, L. O caso dos denunciadores invejosos).</p> <p>Considerando a relação entre direito e justiça exposta no texto acima, avalie as afirmações a seguir.</p> <p>I - O modelo de juiz legalista, defendido pelo positivismo da Escola da Exegese, é criticado por separar o direito do justo.</p> <p>II - A subserviência do juiz à política, como sugere a teoria pura do direito de autoria de Hans Kelsen, é criticada em favor de um modelo de juiz que defenda a superioridade de valores morais universais sobre o direito positivo.</p> <p>III - Os modelos de filosofia do direito que defendem a separação entre direito e moral são criticados tendo em vista a defesa do juiz como um servidor da justiça.</p> <p>É correto apenas o que se afirma em</p>
-------------------	---

Alternativas:	(alternativa A) II (alternativa B) I e III (alternativa C) III (alternativa D) II e III (alternativa E) (CORRETA) I, II e III
---------------	---

27ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>O Estado é uma organização política, social e jurídica que ocupa um território e cuja lei máxima é uma Constituição, quando se trata de Estado Democrático de Direito. O Governo, por sua vez, refere-se ao Poder Executivo, uma das instituições que compõem o Estado, com a função de administrá-lo pelo período para o qual foram eleitos os governantes. Já a Nação, por fim, diz respeito à identidade ou identidades sociais que compartilham costumes, características, idiomas ou culturas e possuem tradições históricas comuns.</p> <p>Considerando as diferenças entre os conceitos de Estado, Governo e Nação, assinale a alternativa CORRETA.</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) Os interesses de Governo podem sobrepor-se às normas constitucionais segundo os princípios do Estado Democrático de Direito.</p> <p>(alternativa B) Os costumes da Nação devem prevalecer sobre normas constitucionais sempre que houver conflito entre eles.</p> <p>(alternativa C) A Nação é constituída por indivíduos que habitam o mesmo território, independentemente de fatores históricos.</p> <p>(alternativa D) O Poder Executivo deve implementar seu programa eleitoral vitorioso, independentemente das normas constitucionais.</p> <p>(alternativa E) (CORRETA) Os princípios do Estado de Direito assegurados constitucionalmente devem ser defendidos por Governos democráticos.</p>

28ª QUESTÃO

Enunciado:	Nos estudos sobre a formação do direito constitucional, verifica-se que o constitucionalismo representou um importante movimento político e filosófico, com manifestações distintas, nos diferentes períodos da história. Os teóricos desse ramo do direito apresentam classificação do constitucionalismo, identificando características próprias a cada período. Assim, o constitucionalismo:
Alternativas:	<p>(alternativa A) é uma teorização que se reporta à interpretação dos direitos sociais, e não dos direitos políticos.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) moderno, identificado nas Constituições dos Estados Unidos da América de 1787 e da França de 1791, caracteriza-se pela vinculação à ideia de constituição escrita e rígida, com força para limitar e vincular os órgãos do poder político.</p> <p>(alternativa C) Nos estudos sobre a formação do direito constitucional, verifica-se que o constitucionalismo representou um importante movimento político e filosófico, com manifestações distintas, nos diferentes períodos da história. Os teóricos desse ramo do direito apresentam classificação do constitucionalismo, identificando características próprias a cada período. Assim, o constitucionalismo:</p> <p>(alternativa D) contemporâneo, cujo marco inicial são as Constituições Mexicanas de 1917 e de Weimar de 1919, caracteriza-se por inaugurar o modelo de organização do Estado e por limitar o poder estatal, por meio de uma declaração de direitos e garantias fundamentais.</p> <p>(alternativa E) na Idade Média, marcado pela Magna Carta Inglesa de 1215, caracteriza-se pelo avanço do absolutismo, tendo em vista que esse documento confere poder ilimitado e absoluto ao Rei, sobretudo nas questões referentes à propriedade.</p>

29ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>A Teoria Tridimensional do Direito formulada por Miguel Reale postula que o fenômeno direito se apresenta, e deve em consequência ser analisado, por meio de três aspectos inseparáveis e distintos entre si: o <i>axiológico</i> (que envolve o valor de justiça), o <i>fático</i> (que trata da efetividade social e histórica) e o <i>normativo</i> (que compreende o ordenamento, o dever-ser). Assim, fato, valor e norma estão sempre presentes e correlacionados em qualquer expressão da vida jurídica.</p> <p>Analise as afirmativas abaixo:</p> <p>I - A ciência do direito é uma ciência histórico-cultural e compreensivo-normativa, por ter por objeto a experiência social, enquanto esta normativamente se desenvolve em função de fatos e valores para a realização ordenada da convivência humana.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II - O fenômeno jurídico decorre de um fato social, recebe inevitavelmente uma carga de valoração humana, antes de tornar-se norma.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.</p> <p>(alternativa B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p>(alternativa C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa D) As asserções I e II são proposições falsas.</p> <p>(alternativa E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.</p>

30ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>LINDB - Lei de Introdução as normas do direito brasileiro – Instituída pelo Decreto-lei 4.657/1942 (com alteração posterior pela Lei 12.376/2010), constitui uma norma sobre normas ou norma de sobredireito, pois visa regular outras leis. Sua função é reger as normas, indicando como interpretá-las ou aplicá-las, determinando-lhe a vigência e a eficácia. Segundo a LINDB, sobre a Vigência da Lei no tempo (Âmbito temporal de validade) temos: Início: obrigatoriedade – publicação no Diário Oficial; vigência – na data da publicação, se o texto assim declarar, ou <i>vacatio legis</i>. Duração da <i>vacatio legis</i>: prazo progressivo – a lei entra em vigor em diferentes prazos, nos vários Estados do País; - prazo único – não havendo estipulação legal de sua data, entra em vigor a um só tempo em todo o País, 45 dias após sua publicação; e no exterior, três meses depois de publicada. Denomina-se <i>vacatio legis</i>:</p> <p>I - o período de tramitação da lei no Congresso Nacional. II - o período de vigência da lei temporária. III - o intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) Somente a opção I</p> <p>(alternativa B) As opções II e III</p> <p>(alternativa C) Somente a opção II</p> <p>(alternativa D) As opções I e II</p> <p>(alternativa E) (CORRETA) Somente a opção III</p>

31ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>A Lei nº 10.216/01, lei de reforma psiquiátrica, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, e teve como um de seus maiores expoentes no Brasil a Dra. Nise da Silveira. Considerando isso, analise as asserções abaixo.</p> <p>I- A resolução n. 113 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça - recomenda que na execução das medidas de segurança seja evitada a medida de internação com medida antimanicomial, para os declarados inimputáveis.</p> <p style="text-align: center;">Porque</p> <p>II- A lei de reforma psiquiátrica redirecionou o modelo assistencial em saúde mental e foi consequência do Movimento da Luta Antimanicomial no mundo e no Brasil.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p>
-------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa D) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.</p> <p>(alternativa E) As asserções I e II são proposições falsas.</p>
----------------------	--

32ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>As propostas e práticas para a tomada de depoimento de crianças e adolescentes giram em torno dos seguintes itens: que ocorra uma única vez; o mais cedo possível; em sala diferenciada e pelo intermédio de profissionais capacitados – principalmente psicólogos ou assistentes sociais – a fim de que sejam feitas perguntas de forma mais adequada ao depoente. (SANTOS; COIMBRA, 2017) Como foi denominada essa prática e qual o seu objetivo?</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) Essa prática não tem uma denominação específica já que é uma característica secundária dos processos de violência sexual contra menores.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) “Depoimento sem dano”, objetiva evitar a vitimização secundária de crianças e adolescentes envolvidos em crimes de natureza sexual.</p> <p>(alternativa C) “Prática humanizada de tomada de depoimentos”, objetiva facilitar o trabalhos dos juizes.</p> <p>(alternativa D) “Depoimento traumático” seu objetivo é mostrar o quanto a vítima sofreu durante a ocorrência da violência.</p> <p>(alternativa E) “Depoimento da infância e juventude”, seu mote principal é mostrar que crianças e adolescentes são frequentemente alvo de crimes sexuais, mesmo não tendo lembranças sobre o ocorrido.</p>

33ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, discursou para o Conselho de Segurança da ONU [...] e pediu aos países-membros que dessem mais garantias de segurança à Ucrânia. Após listar uma série de atrocidade que as tropas russas teriam cometido contra os civis na cidade de Bucha, Zelensky as comparou a grupos terroristas e questionou o Conselho sobre qual a diferença entre esse tipo de organização e as forças de Moscou. [...] No discurso transmitido ao vivo por vídeo conferência, Zelensky pediu que a Rússia seja excluída do sistema das Nações Unidas, para que ‘o direito ao veto não signifique direito a morrer’. [...] Na abertura do Conselho de Segurança, o secretário-geral da ONU, António Guterres disse que a guerra da Ucrânica é um dos maiores desafios que a entidade enfrentou nas últimas décadas. (G1. Zelensky pede garantias de proteção no Conselho de Segurança da ONU. Reportagem do dia 05.04.2022)”. O Conselho de Segurança é o órgão da ONU que detém a principal responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Sobre o mecanismo de segurança coletiva e com baseno caso concreto apresentado, assinale a alternativa correta:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) O emprego de armas só pode ocorrer se autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU. Todavia, a Carta da ONU prevê a legítima defesa preventivacomoe exceção a essa regra, de forma que a invasão russa é considerada lícitado ponto de vista do direito das gentes.</p> <p>(alternativa B) A Rússia não é considerada membro permanente do Conselho de Segurança daONU com direito à veto. Nos termos da Carta da ONU, são membros permanentes: Estados Unidos da América, França, China, Alemanha e Grã- Bretanha.</p> <p>(alternativa C) O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, dirigiu o pleito a órgão errado das Nações Unidas, visto que o Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas é gerido, na prática, pela Assembleia Geral da ONU.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) A Carta da ONU permite que um ou mais Estados atacados empreguem a forçacontra o agressor em sua legítima defesa, mas apenas até o momento em queo Conselho de Segurança tenha tomado medidas. O direito à legítima defesa existe apenas diante de um efetivo ataque armado, não comportando a possibilidade de uma suposta “legítima defesa preventiva”.</p> <p>(alternativa E) Caso seja debatida uma Resolução no Conselho de Segurança para punir a ação norte-americana, mesmo sendo a Rússia membro permanente deste órgão, porestar diretamente envolvida no caso, não poderá participar com voto nem comveto na deliberação.</p>

34ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Leia o trecho abaixo:</p> <p>“O problema das fontes do Direito Internacional Público não é novo e continua a despertar a atenção dos internacionalistas, principalmente após o aparecimento de novos atores na sociedade internacional, que passaram a ampliar os meios tradicionais pelos quais o Direito Internacional opera. A questão que aqui se coloca, agora que já se tem uma visão aproximada das situações por tal direito regidas, pode ser formulada nos seguintes termos: do que é composto (ou formado) ou o Direito Internacional Público? A resposta encontra-se no estudo de suas fontes. Tais fontes constituem o objeto fundamental de estudo do Direito Internacional Público, na medida em que representam os elementos básicos do regime jurídico internacional”. (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2019, p. 148).</p> <p>Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que oferece o conceito correto de Tratado:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) Tratado significa um acordo internacional concluído por escrito apenas entre Estados (excluídas as Organizações Internacionais), regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica.</p> <p>(alternativa B) Tratado significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados ou Organizações Internacionais, regido pelo Direito Interno, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) Tratado significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados ou Organizações Internacionais, regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica.</p> <p>(alternativa D) Tratado significa um acordo internacional concluído oralmente entre Estados ou Organizações Internacionais, regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica.</p> <p>(alternativa E) Tratado significa um acordo internacional concluído por escrito apenas entre Estados (excluídas as Organizações Internacionais), regido pelo Direito Interno, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica.</p>

35ª QUESTÃO

Enunciado:	“Para identificar a existência da sociedade internacional, necessários alguns conceitos preliminares para esclarecer, <i>a priori</i> , o que é Sociedade para <i>a posteriori</i> alcançar a ideia da existência desta sociedade com contornos internacionais. [...] A sociedade é um grupo de pessoas em estado de interação, isto é, um processo de mútua influência, de relações interindividuais e intergrupais, que se formam sob a força de variados interesses”. (GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público . 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 07). Sobre as características da sociedade internacional, assinale a alternativa correta abaixo:
Alternativas:	<p>(alternativa A) A sociedade internacional homogênea, pois os membros da sociedade internacional não apresentam diferenças substanciais entre si, como, por exemplo de cunho econômico e/ou cultural.</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) A sociedade internacional universal, abrangendo o mundo inteiro, ainda que o nível de integração de alguns de seus membros não seja tão profundo.</p> <p>(alternativa C) A sociedade internacional é pacífica, exercendo a ONU o papel de Poder Legislativo mundial, expedindo normas e sancionando Estados que a descumprem.</p> <p>(alternativa D) A sociedade internacional é centralizada, sendo o papel de Poder Judiciário mundial exercido pela Corte Internacional de Justiça, também conhecida como Corte da Haia.</p> <p>(alternativa E) A sociedade internacional paritária, pois há igualdade jurídica material substancial entre os Estados integrantes da Sociedade Internacional.</p>

36ª QUESTÃO

<p>Enunciado:</p>	<p>“Segundo o art. 225, § 3º, da CF/88, os poluidores, pessoas físicas ou jurídicas, estão sujeitos às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Como já estudamos, por intermédio deste dispositivo o legislador constituinte determinou que as sanções mencionadas podem ser aplicadas cumulativamente, já que possuem naturezas diferentes”. (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental Esquematizado. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2021)</p> <p>Sobre a responsabilidade civil em matéria ambiental, avalie as afirmativas a seguir:</p> <p>I- O adquirente de uma área contaminada por resíduos sólidos industriais é responsável pelo passivo ambiental mesmo que não tenha causado diretamente a contaminação.</p> <p>II- Inverte-se o ônus da prova nas ações civis públicas ambientais, porque aquele que cria ou assume o risco de danos ambientais, tem o dever de provar que sua conduta não foi lesiva.</p> <p>III- O Poder Público é objetivamente responsável pela reparação dos danos ambientais decorrentes de sua omissão no tratamento de esgotos domésticos.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p>
<p>Alternativas:</p>	<p>(alternativa A) III, apenas;</p> <p>(alternativa B) (CORRETA)</p> <p>I, II e III;</p> <p>(alternativa C) I e II, apenas;</p> <p>(alternativa D) II e III apenas;</p> <p>(alternativa E) I, apenas;</p>

37ª QUESTÃO

<p>Enunciado:</p>	<p>No Brasil, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constituem instrumentos para a execução da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6938, editada em 31 de agosto de 1981. A avaliação de impacto ambiental é ainda matéria constitucional, prevista no Art. 225, § 1º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988, que determina a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação no País de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. (O Que é Licenciamento Ambiental? Ministério do Meio Ambiente, 2020. Disponível em http://pnla.mma.gov.br/o-que-e-licenciamento-ambiental. Acesso em 18 de maio de 2022).</p> <p>Sobre o licenciamento ambiental, avalie as afirmativas a seguir:</p>
--------------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) A licença ambiental permite ao poder público fazer a gestão ambiental, fixando um custo de internalização da degradação ambiental (poluidor-pagador) ou estabelecer um preço pelo uso incomum do bem ambiental (usuário-pagador);</p> <p>(alternativa B) O licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais são exemplos de objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente;</p> <p>(alternativa C) Compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizadas ou desenvolvidas no mar territorial brasileiro;</p> <p>(alternativa D) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de qualquer grau de degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.</p> <p>(alternativa E) Licenciamento ambiental é o ato pelo qual o órgão ambiental competente, através de procedimento administrativo, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimento ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.</p>
----------------------	---

38ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Segundo Max Weber, a dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem; toda dominação busca a legitimidade e o reconhecimento social de sua validade. No cerne de relações sociais, moldadas pelas lutas, Max Weber percebe de fato a dominação, dominação esta, assentada em uma verdadeira constelação de interesses, monopólios econômicos, dominação estabelecida na autoridade, ou seja o poder de dar ordens, por isso ele acrescenta a cada tipo de atividade tradicional, afetiva ou racional um tipo de dominação particular.</p> <p>Weber definiu as dominações como a oportunidade de encontrar uma pessoa determinada pronta a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado.</p> <p>Assinale a opção correta acerca dos conceitos de dominação propostos por Max Weber.</p>
-------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA)</p> <p>A dominação carismática é legitimada pela fé/confiança e pelas qualidades do líder. A legitimidade vem da crença nas qualidades excepcionais de alguém paradirigir um grupo social. Os seus discípulos, por sua vez, o obedecem por terem fé em suas qualidades e em sua pessoa.</p> <p>(alternativa B)</p> <p>Na dominação patrimonial, a legitimação vem da crença na justiça e na qualidade do modo como os antepassados resolveram seus problemas. Aobediência de seus súditos está garantida pelo respeito à linhagem que representa e pela lealdade de sua pessoa.</p> <p>(alternativa C)</p> <p>A dominação legal é caracterizada pelo fato de os funcionários, isto é, os membros do aparato administrativo, serem servidores pessoais do senhor. Eles são seus empregados, parentes ou favoritos, e dele dependem do ponto de vista econômico. É a dominação exercida com quadro administrativo, quando as pessoas são recrutadas segundo critérios de dependência doméstica ou pessoal.</p> <p>(alternativa D)</p> <p>Max Weber observa que o poder irracional ou ilegal cria em suas manifestaçõesde legitimidade a noção de competência, o poder tradicional a de privilégio e o carismático dilata a legitimação até onde alcance a missão do “chefe”, na medida de seus atributos carismáticos pessoais.</p> <p>(alternativa E)</p> <p>Na dominação tradicional, a legitimidade provém da crença na justiça da lei. O povo obedece às leis não porque seja comandado por um chefe carismático, mas porque elas são decretadas segundo procedimentos corretos. Essa crença também é partilhada pelos governantes. Obedece-se às ordens impessoais, objetivas e legalmente instituídas e aos superiores por ela designados, não importando a pessoa em si ocupante do cargo ou da posição.</p>
---------------	---

39ª QUESTÃO

<p>Enunciado:</p>	<p>"O sistema acusatório caracteriza-se pela separação das funções de acusar, julga juiz é imparcial e as provas não possuem valor pré-estabelecido, podendo o juiz a acordo com a sua livre convicção, desde que fundamentada".</p> <p>(disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-out-07/controversias-juridicas-sis-acusatorio-garantias-processo-penal#:~:text=O%20sistema%20acusat%C3%B3rio%20caracteriza%2Dse,livre%20desde%20que%20fundamentada)</p> <p>Considerando o posicionamento majoritário da doutrina e da jurisprudência mais observando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:</p> <p>I- com a inserção do art. 3º-A no CPP pela Lei nº 13.964/19 é possível afirmar que há queresquícios de um modelo inquisitivo no processo penal brasileiro;</p> <p>II- a iniciativa probatória do juiz, consagrada na previsão dos incisos do art. 156, é incompatível com um sistema acusatório de processo penal;</p> <p>III- é incompatível com um modelo acusatório de processo a previsão do art. 385, segundo o qual pode o juiz proferir sentença penal condenatória ainda que o Ministério Público não tenha se manifestado em alegações finais pela absolvição do acusado;</p> <p>IV- toda a persecução penal no modelo brasileiro tem estrutura acusatória.</p>
<p>Alternativas:</p>	<p>(alternativa A) estão corretas as afirmativas II e IV</p> <p>(alternativa B) (CORRETA) estão corretas as afirmativas II e III</p> <p>(alternativa C) estão corretas as afirmativas I e II</p> <p>(alternativa D) estão corretas as afirmativas III e IV</p> <p>(alternativa E) estão corretas as afirmativas I e III</p>

40ª QUESTÃO

<p>Enunciado:</p>	<p>"Caminhoneiros cruzaram os braços por dez dias em junho de 2018 para protestar sobre tabelamento de frete e preço dos combustíveis. Como consequência, o país que se desenvolve pela malha rodoviária enfrentou dias de desabastecimento, repique de inflação e ascensão de novas vozes influentes."</p> <p>Considerando que os caminhoneiros têm abrangência nacional, e, caso queiram requerer algum direito por meio do Poder Judiciário em face de ato do Poder Público, por não ter sido por este concedido, o meio processual mais adequado para os caminhoneiros é:</p>
--------------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) impetrar mandado de segurança coletivo, pois trata-se de direito fundamental previsto no art. 5º da Constituição da República;</p> <p>(alternativa B) impetrar mandado de segurança coletivo, ainda que não exista uma associação de âmbito nacional representando-os;</p> <p>(alternativa C) ajuizar ação civil pública, por se tratar de direito líquido e certo, em face de autoridade;</p> <p>(alternativa D) ajuizar execução de sentença fundada em direitos individuais homogêneos para satisfazer de forma individualizada o direito de cada um com base nos arts. 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor;</p> <p>(alternativa E) ajuizar ação popular em litisconsórcio com todos os caminhoneiros, pois trata-se de direito coletivo;</p>
---------------	--

41ª QUESTÃO

Enunciado:

A inserção da mediação e da conciliação nos dispositivos do CPC de 2015 reforçam a intenção do legislador de se buscar uma solução consensual de conflitos. O excesso de demandas no Judiciário e a intenção de se promover atividade satisfativa podem ser resolvidas por meio da mediação e da conciliação. Para tanto, foi promulgada em 2015 a Lei nº 13.140 que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Em tal sentido, transcrevem-se os seguintes dispositivos da citada lei: Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

Art. 46. A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação a distância, desde que as partes estejam de acordo.”

A partir do disposto na Lei nº 13.140/2015, avalie as afirmações a seguir.

I. O crescimento do estoque de processos pendentes no Poder Judiciário decorre de sua constante queda de produtividade.

II. A elevação anual de casos novos no sistema judicial brasileiro é uma das justificativas para o incentivo a meios alternativos de solução de controvérsias, a exemplo do previsto na referida lei.

III. O parágrafo único do art. 1º dessa lei inclui no conceito de mediação atividade de julgamento realizada por juízes de primeira instância.

IV. Os particulares que desejarem recorrer à mediação para resolução de conflitos referentes a direito patrimonial disponível poderão fazê-lo por meio de aplicativos de telefone celular, fórum digital ou rede social.

É o correto apenas o que se afirma em

Alternativas:	<p>(alternativa A) III e IV</p> <p>(alternativa B) I</p> <p>(alternativa C) II</p> <p>(alternativa D) (CORRETA)</p> <p>(alternativa E) II e IV I e III</p>
----------------------	---

42ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“É com imenso atraso que comento a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de obrigar um pai a indenizar a filha em R\$ 200 mil por abandono afetivo. O que me interessa aqui não é o caso concreto, mas a concepção filosófica de direito que está soprando em Brasília. Demorei tanto a discutir o caso porque quis antes terminar de ler "Justiça: O Que É Fazer a Coisa Certa", de Michael Sandel, em que o autor defende justamente que adotemos uma ética baseada na virtude. O livro é excelente, mas não me convenceu inteiramente. Sandel expõe com maestria os pontos fortes e os problemas de vários sistemas éticos e teorias da justiça, com destaque para o utilitarismo e as visões de Immanuel Kant e John Rawls. (SCHWARTSMAN, Hélio)</p> <p>A partir do texto acima, avalie as afirmações que se seguem.</p> <p>I - Com esse acórdão, o STJ está dizendo que é função do Judiciário induzir os cidadãos a ser virtuosos (prover os filhos com afeto e não só com os meios de subsistência), contrariando concepções éticas e teorias da justiça que defendem que o Estado e o Direito não devem impedir que os indivíduos escolham os seus propósitos.</p> <p>II - “A concepção filosófica que sopra em Brasília”, enunciada no texto, refere-se às teorias comunitaristas de justiça, defendido por Michael Sandel, crítico do utilitarismo e de Kant, por tentarem aplicar ao Estado e à justiça uma neutralidade impossível, que evita emitir juízos morais.</p> <p>III - Ao contrário de Aristóteles e Michael Sandel, o autor do texto defende um modelo de ética a favor da neutralidade do Estado e da justiça.</p> <p>É correto apenas o que se afirma em:</p>
-------------------	---

Alternativas:	<p>(alternativa A) II e III</p> <p>(alternativa B) III</p> <p>(alternativa C) (CORRETA)</p> <p>(alternativa D) I, II, e III</p> <p>(alternativa E) I e II I e III</p>
----------------------	--

43ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>O Imposto de Renda, ou imposto sobre o rendimento, é um tributo em que cada contribuinte, pessoa física ou jurídica, restitui uma porcentagem de sua receita para a Receita Federal. Sendo assim, o governo arrecada de pessoas e empresas um valor de acordo com os rendimentos declarados anualmente.</p> <p>Sobre o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, avalie as afirmações a seguir.</p> <p>I- O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados e Distrito Federal, pertencem aos Estados e ao Distrito Federal.</p> <p>II- O aumento da alíquota do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza está sujeito tanto à anterioridade anual quanto à nonagesimal.</p> <p>III- O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é de competência dos Estados e Municípios, e tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.</p> <p>IV- Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por danos morais.</p> <p>V- O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito a incidência do Imposto sobre a Renda.</p> <p>É correto o que afirmar.</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA)</p> <p>I e V, apenas.</p> <p>(alternativa B)</p> <p>II e IV, apenas.</p> <p>(alternativa C)</p> <p>I e II, apenas.</p> <p>(alternativa D)</p> <p>III e IV, apenas.</p> <p>(alternativa E)</p> <p>II, III e IV, apenas.</p>

44ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Marcos na qualidade de proprietário de um apartamento situado na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, celebrou um contrato de locação de imóvel urbano, para fins residenciais com Amália. Foi estabelecido no contrato que a responsabilidade pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel será de Amália, locatária do imóvel.</p> <p>Analizando o caso acima, indique a afirmativa correta.</p>
-------------------	--

Alternativas:	<p>(alternativa A) O contrato é válido e eficaz, e, por consequência dele, a responsabilidade pelo pagamento do tributo se tornará solidária, podendo o fisco municipal cobrá-lo de Marcos e/ou de Amália.</p> <p>(alternativa B) O contrato será ineficaz entre as partes, pois transferiu a obrigação de pagar o imposto para pessoa não prevista em lei.</p> <p>(alternativa C) O contrato é válido e eficaz, devendo o fisco municipal ajuizar executivo fiscal em face apenas de Amália.</p> <p>(alternativa D) No caso de o fisco municipal cobrar o tributo de Marcos, ele não poderá ajuizar ação regressiva em face de Amália.</p> <p>(alternativa E) (CORRETA) O contrato firmado entre particulares não poderá se opor ao fisco municipal, no que tange à alteração do sujeito passivo do tributo.</p>
----------------------	--

45ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Considere a seguinte situação hipotética:</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, caput, incisos I e II do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, DECRETA</p> <p>Art. 1º Ficam criados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, os desdobramentos na descrição dos códigos de classificação constantes no Anexo I, efetuados sob a forma de destaque "Ex".</p> <p>Art. 2º Ficam majoradas para os percentuais indicados no Anexo II as alíquotas do IPI incidentes sobre os micro-ondas, os aparelhos de ar-condicionado e as motos.</p> <p>Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 30 de maio de 2022.</p> <p>Diante das informações apresentadas na situação hipotética acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.</p> <p>I- O decreto acima publicado que majora as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre os micro-ondas, os aparelhos de ar-condicionado e as motos deve ser considerado inconstitucional.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II- A legalidade tributária constante no artigo 150, inciso I da Constituição Federal veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, não admitindo flexibilização.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) (CORRETA) As asserções I e II são proposições falsas.</p> <p>(alternativa B) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa E) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p>

46ª QUESTÃO

Enunciado:



"Após alteração no 'pacote anticrime', não ficou explícita a regra para a progressão do regime prisional em casos de condenados por crime hediondo reincidentes, sem morte, por prática de crime comum. Por causa disso, o procurador-geral da República, Augusto Aras, entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF), para que seja reconhecida a repercussão geral do tema. Ação tramita no Plenário Virtual da Corte."

(disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/noticias/para-especialistas-stf-deve-unificar-interpretacao-sobre-a-progressao-de-regime-apos-lei-anticrime>)

Considerando o posicionamento majoritário da doutrina e da jurisprudência mais garantidoras e observando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I- o parágrafo segundo do art. 2º da Lei nº 8.072/90 foi revogado pela Lei nº 13.964/19;
- II- de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores (STF e STJ) o tráfico de drogas, crime assemelhado a hediondo, deve se submeter às mesmas regras estabelecidas para este últimos pelo Pacote Anticrime para efeito de progressão de regime;
- III- com a alteração do art. 112, da LEP (Lei nº 7.210/84) pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19) o chamado mérito do condenado deixou de ser requisito para obtenção da progressão de regime;
- IV- com a alteração do art. 112, da LEP (Lei nº 7.210/84) pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19) o condenado por crime hediondo e que seja reincidente em crime hediondo deve cumprir a pena em regime integralmente fechado, não fazendo jus a progressão de regime.

Alternativas:	<p>(alternativa A) estão corretas as afirmativas III e IV</p> <p>(alternativa B) estão corretas as afirmativas I e III</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) estão corretas as afirmativas I e II</p> <p>(alternativa D) estão corretas as afirmativas I e IV</p> <p>(alternativa E) estão corretas as afirmativas II e III</p>
----------------------	---

47ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“Registros de importunação sexual aumentam 24,3% no ano em SPCrime voltou ao centro das atenções após agressão cometida contra ciclista”“Cresceu em 24,3% o número de registros de importunação sexual no estado São Paulo de janeiro a agosto desse ano, se comparado com o mesmo período do ano passado[...]</p> <p>“Em 90% de todos os casos as vítimas são mulheres, enquanto 95% dos autores dos crimes são homens. Se as vítimas têm um perfil mais jovem – cerca de 50% delas têm até 21 anos –, metade dos suspeitos são homens de meia idade, na casa dos 40 anos”. (FOLHA DE SÃO PAULO. DAMASCENO, Victoria; FARIA, Flávia. Registros de importunação sexual aumentam 24,3% no ano em SP. São Paulo, 30/09/21. Caderno Cotidiano.</p> <p style="text-align: center;">Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/registros-de-importunacao-sexual-aumentam-243-no-ano-em-sp.shtml)</p> <p>“Mulheres são maiores vítimas de vazamento de fotos e perseguição nainternet”.</p> <p>“Em uma era em que todos se preocupam com a privacidade de dados em plataformas digitais, as mulheres estão expostas a riscos virtuais relacionados ao gênero. A verdade é que, ao aumentar os espaços de interação social, a conectividade não só reflete a violência contra elas que acontece no mundo offline, como também a potencializa [...] o relatório anual da ONG SaferNet, que promove a defesa dos direitos humanos nas redes. De acordo com o documento, em 2018, houve 16.717 denúncias de crimes na internet contra a mulher, um aumento descomunal em relação a 2017 — 1.640%! —, quando foram registradas 961 queixas do tipo [...] O vazamento de fotos íntimas é o assédio virtual mais recorrente. A Central de Ajuda SaferNet — [...] registrou, em 2018, 669 denúncias relacionadas ao vazamento de nudes ou sextortion (crime em que o agressor usa material íntimo da vítima ou faz propostas sexuais para chantageá-la). O sextortion é classificado como estupro virtual, com base no artigo 213 do Código Penal, com pena de prisão de seis a dez anos. Segundo dados da ONG, o número de relatos de divulgação não consentida de imagens íntimas aumentou 2.300% em dez anos: em 2008, apenas 29 casos foram atendidos pela central. Do mesmo modo que os outros tipos de assédio, as mulheres são as principais vítimas e aparecem em 66% das denúncias (ou 440</p>
-------------------	---

	<p>ocorrências)”. (OLHAR DIGITAL. Mulheres são maiores vítimas de vazamento de fotos e perseguição na internet. 25/07/19, Caderno Notícias, Redação.</p> <p>Disponível em https://olhardigital.com.br/2019/07/24/noticias/mulheres-sao-maiores-vitimas-de-vazamento-de-fotos-e-perseguiçao-na-internet/. Acesso em 24 ago 2022)</p>
	<p>Após a leitura e exame das duas matérias acima, e considerando os crimes contra a dignidade sexual e a correlação destes com a violência contra mulher, analise as assertivas abaixo:</p> <p>I. A importunação sexual corriqueiramente praticada em locais públicos contramulheres deixou de ser uma contravenção penal e passou a ter natureza de crime, que pode ter como vítimas homens ou mulheres.</p> <p>II. A distinção entre a importunação sexual e o estupro é que neste para realização dos atos sexuais o sujeito realiza violência física ou grave ameaça que vence por completo a defesa da vítima, já na importunação sexual o agente faz o ato sem consentimento da vítima, mas não capaz de anular sua defesa.</p> <p>III. O legislador tipificou penalmente o ato de divulgar cena de sexo, de pornografia, de estupro e estupro de vulnerável, mas foi omissivo, pois não criminalizou o registro dessas cenas, que pode ocorrer como ato único.</p> <p>IV. Pune-se também a divulgação da cena de sexo seja para fins jornalísticos e culturais, mesmo com consentimento da pessoa objeto da nudez, segundo o disposto no art. 218-C.</p> <p>É correto o que se afirma apenas:</p>
<p>Alternativas:</p>	<p>(alternativa A) nas assertivas I e III.</p> <p>(alternativa B) Nas assertivas III e IV</p> <p>(alternativa C) nas assertivas II e IV.</p> <p>(alternativa D) (CORRETA) nas assertivas I e II.</p> <p>(alternativa E) nas assertivas II e III.</p>

Enunciado:

JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS
LINCHADOR QUE SE ENGANOU TENTA
SE LINCHAR.



Texto 1

"Fabiane Maria de Jesus foi uma mulher linchada por moradores do bairro de Morrinhos IV, na periferia do município de Guarujá, no litoral do estado brasileiro de São Paulo, em 03 de maio de 2014 [...] O linchamento ocorreu porque a vítima foi confundida com uma suposta sequestradora de crianças, cujo retrato falado que havia sido feito dois anos antes passou a circular nas mídias sociais".

Linchamento

"No dia 3 de maio de 2014, os moradores do bairro confundiram Fabiane com a suposta criminosa dos rumores depois que a dona de casa ofereceu uma fruta, que havia comprado pouco antes, para uma criança que estava na rua. A mãe do menino presenciou a cena e acreditou que Fabiane fosse a suposta sequestradora, o que desencadeou um processo de fúria coletiva que culminou no linchamento da mulher por cerca de 100 pessoas; outras mil presenciaram as violentas agressões. Além disso, Fabiane estava carregando um livro preto, na verdade uma Bíblia, que foi logo associado ao satanismo pelos agressores".

(Linchamento de Fabiane Maria de Jesus. **Wikipédia: a enciclopédia livre**, 12/05/2022. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Linchamento_de_Fabiane_Maria_de_Jesus. Acesso em 25 ago 2022).

Texto 2

O princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, surgiu historicamente com a revolução burguesa e exprime, em nosso campo, o mais importante estágio do movimento então ocorrido na direção da positividade jurídica e da publicização da reação penal. Por um lado, resposta pendular aos abusos do absolutismo e, por outro, afirmação da nova ordem, o princípio da legalidade a um só tempo é garantia do indivíduo perante o poder estatal e demarca esse mesmo poder como o espaço exclusivo da coerção penal. Sua significação e alcance políticos transcendem o condicionamento histórico que o produziu, e o princípio da legalidade constitui a chave mestra de qualquer sistema penal que se pretenda racional e justo. (BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2007) (adaptado).

Relacionando a charge e os textos acima, e refletindo sobre as relações entre direito penal, sistema penal e sociedade, analise as assertivas abaixo.

- I. O justicamento com as próprias mãos é um fenômeno social que encontra entre os motivos justificadores a ausência estatal, a impunidade, leis “pouco punitivas”, obrigando assim a sociedade fazer a autodefesa.
- II. Proibir o emprego da analogia para criar crimes, fundamentar ou agravar penas e proibir incriminações vagas e indeterminadas são algumas das funções do princípio da legalidade, compreendido pela ótica de garantia individual.
- III. Em matéria de proibição penal, desde que garantido o monopólio do Poder Legislativo, é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória, desde que devidamente indicadas a urgência e a necessidade da medida na edição do ato legal.
- IV. Considerando a charge acima, ainda que o homem movido pelo sentimento de culpa se autolesione, não poderá ser punido, já que os princípios da lesividade e da alteridade impedem a responsabilidade penal por atos praticados contra bens jurídicos próprios, no caso, a sua própria integridade física.

É correto o que se afirma apenas em:

Alternativas:	<p>(alternativa A) I e II</p> <p>(alternativa B) II, III e IV</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) I, II e IV</p> <p>(alternativa D) I e IV</p> <p>(alternativa E) I, III e IV</p>
----------------------	---

49ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>Leia o texto abaixo:</p> <p>“O direito a não ser apátrida tem relação intrínseca com o princípio da dignidade humana, sendo um direito inerente à condição humana, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, devendo ser garantido a todo e qualquer ser humano, independentemente da discricionariedade estatal, pois não é um direito pautado pela visão estatocêntrica. A apatridia ou ausência de nacionalidade vem sendo combatida pelo ACNUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] por causar danos irreparáveis ao desenvolvimento da personalidade do ser humano, que sofre com o sentimento de não pertencimento, ficando exposto e vulnerável a ataques aos seus direitos fundamentais. Assim, o apátrida deve ser considerado cidadão universal, sujeito de direito internacional, pertencente à sociedade cosmopolita, que goza dos direitos mínimos necessários à manutenção de uma vida digna”. (LOUREIRO, Claudia Regina de Oliveira Magalhães da Silva. Apatridia e o direito fundamental à nacionalidade. Artigo publicado no XXIV CONPEDI, 2015)</p> <p>Considerando as reflexões no âmbito do direito internacional, a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) conferiu proteção para o apátrida. Sobre o tema, avalie as afirmativas abaixo e, após, assinale a alternativa correta:</p> <p>I. Sendo reconhecida a condição de apátrida, o solicitante será consultado sobre o desejo de adquirir nacionalidade brasileira e caso o apátrida opte pela naturalização, a decisão sobre o reconhecimento será encaminhada ao órgão competente do Poder Executivo para publicação dos atos necessários à efetivação da naturalização.</p> <p>II. Caso o apátrida reconhecido não opte pela naturalização imediata, fica vedada a autorização de residência em caráter definitivo, devendo se retirar do Brasil no prazo máximo de 90 dias.</p> <p>III. Ao apátrida são assegurados os direitos e garantias previstos na Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, bem como outros direitos e garantias reconhecidos pelo Brasil.</p> <p>IV. O apátrida poderá renunciar a proteção dada pelo Estado brasileiro. É correto o que se afirma em:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) I e II, apenas.</p> <p>(alternativa B) I e IV, apenas.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA)</p> <p>(alternativa D) I, III e IV, apenas.</p> <p>(alternativa E) I e III, apenas.</p> <p>(alternativa F) I, II, III e IV.</p>

50ª QUESTÃO

Enunciado:	<p>“A Organização dos Estados Americanos (OEA) anunciou nesta segunda-feira [20.07.2020] que uma comissão do órgão notificou o governo brasileiro sobre a situação dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana na pandemia de Covid-19. [...] a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pede que as autoridades brasileiras adotem medidas para prevenir a disseminação do novo coronavírus nessas populações e ofereça atendimento médico. [...] A ação foi pedida pela Hutukara Associação Yanomami e o Conselho Nacional de Direitos Humanos, que observaram risco a essas populações indígenas na pandemia.</p> <p>Segundo o pedido, há ‘falhas nos cuidados de saúde e a presença de terceiros não autorizados em seu território’”. (G1. Comissão da OEA pede que governo brasileiro assegure proteção de povos indígenas na pandemia. Reportagem do dia 20.07.2020).</p> <p>A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é considerada o órgão principal da OEA, pertencendo ao sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Sobre a CIDH, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:</p> <p>I. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode receber tanto petições individuais quanto interestatais contendo alegações de violações de direitos humanos. A Convenção Americana de Direitos Humanos dispõe que qualquer pessoa – não só a vítima – pode peticionar à Comissão, alegando violação de direitos humanos de terceiros.</p> <p style="text-align: center;">PORQUE</p> <p>II. O esgotamento dos recursos internos é uma condição de admissibilidade da petição inicial, porém há certos casos de dispensa desse requisito, como, por exemplo, ocorre nas hipóteses de demora injustificada e inidoneidade do recurso disponível.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:</p>
Alternativas:	<p>(alternativa A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p>(alternativa B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa C) (CORRETA) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p>(alternativa D) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p>(alternativa E) As asserções I e II são proposições falsas.</p>

RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA - CADERNO 001

1ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>Os combustíveis fósseis são matéria-prima para produção de energia. Atualmente, os gases produzidos na queima dos combustíveis fósseis são apontados como responsáveis pelo efeito estufa e aquecimento global. Esses combustíveis recebem o nome de fósseis porque se originaram a partir de restos de animais e plantas que viveram em épocas remotas. Esses restos orgânicos foram se depositando ao longo de milhares de anos em camadas muito profundas da crosta terrestre e transformados pela ação da temperatura e pressão. Os combustíveis fósseis são recursos não-renováveis, o que significa dizer que são encontrados na natureza em quantidades limitadas, assim uma vez esgotados seus estoques não há como repor. Os combustíveis fósseis mais utilizados são o carvão mineral, o petróleo e o gás natural. O carvão mineral ou carvão fóssil é uma rocha preta, porosa e de fácil combustão. É formado a partir de restos vegetais de ambientes pantanosos, acumulados por milhões de anos. Já o petróleo é uma substância oleosa escura formada principalmente por hidrocarbonetos, ou seja, moléculas de carbono e hidrogênio. A formação do petróleo se faz por sedimentação da matéria orgânica, depositada no fundo dos mares e oceanos durante milhões de anos.</p> <p>O petróleo é a matéria prima de muitos subprodutos como óleos, gasolina, gás liquefeito de petróleo (GLP), gás natural, querosene, óleodiesel, nafta petroquímica, solventes, asfalto, dentre outros. O gás natural é encontrado no estado gasoso em bacias sedimentares marinhas e terrestres associado ou não ao petróleo. É composto por uma mistura de hidrocarbonetos leves, com predominância de metano. As fontes renováveis de energia são aquelas capazes de manter-se disponíveis durante um longo prazo, contando com recursos que se regeneram ou que se mantêm ativos permanentemente. Em outras palavras, fontes de energia renováveis são aquelas que contam com recursos não esgotáveis. Existem vários tipos de fontes renováveis de energia, das quais podemos citar a solar, a eólica, a hídrica, a biomassa, a geotérmica, a das ondas e a das marés. A energia solar consiste no aproveitamento da radiação do Sol sobre a Terra, por meio de placas fotovoltaicas que convertem a</p>

	<p>radiação solar em energia elétrica ou por aproveitamento térmico, que aquece a água e o ambiente. A energia eólica advém da força promovida pelos ventos. Usinas eólicas utilizam-se de grandes cataventos instalados em áreas onde a movimentação das massas de ar é intensa e constante na maior parte do ano. Os ventos giram as hélices, que, por sua vez, movem as turbinas, acionando os geradores. A energia hídrica ou hidroelétrica utiliza-se do movimento das águas dos rios para a produção de eletricidade. Já a biomassa corresponde a toda e qualquer matéria orgânica não fóssil, cuja energia é produzida a partir da sua queima, transformação química ou biológica, como o carvão vegetal, o etanol, o biodiesel, o biogás e o gás metano coletado em áreas de aterros sanitários. Outros exemplos de energia renováveis são a geotérmica, que corresponde ao calor interno da Terra e a produzida a partir da movimentação das ondas ou das marés. Créditos de carbono não são mecanismos de obtenção de isenção fiscal, mas sim um conceito que surgiu no ano de 1997, dentro do acordo ambiental do Protocolo de Kyoto. O grande objetivo relacionado a esse conceito é reduzir a emissão dos gases do efeito estufa no planeta para combater as mudanças climáticas que geram grande preocupação mundial. Basicamente, o crédito de carbono é caracterizado como uma moeda utilizada no mercado de carbono, onde um crédito equivale a uma tonelada de CO₂ (dióxido de carbono) que deixou de ser produzido e liberado ao meio ambiente. Quando outros gases poluentes deixam de ser lançados no meio ambiente também são emitidos créditos com base em uma tabela de carbono equivalente. No mercado de crédito de carbono, as empresas que têm a possibilidade de diminuir a emissão de gases poluentes obtêm tais créditos. Estes, por sua vez, podem ser vendidos nos mercados financeiros nacionais e internacionais. Já as empresas que possuem um nível de emissão de gases muito elevados, podem comprar créditos de carbono para compensar as emissões, investindo em processos sustentáveis de outras empresas.</p>
--	--

2ª QUESTÃO	
Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	A asserção I é verdadeira, como explicitado no texto base da questão, porém a segunda afirmativa é falsa. Apesar dos trabalhadores, na Gig Economy, arcarem com os custos necessários para desempenhar o seu trabalho e ganharem por produção, na prática a flexibilidade de horários e a autonomia para definir sua jornada de trabalho não são uma realidade, posto que para atingir uma produção que garanta uma renda mínima, esses motoristas/motoboys enfrentam longas jornadas diárias, o que os deixa desgastados e com problemas de saúde.

3ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	<p>O primeiro gráfico revela que as curvas das taxas bruta e líquida de matrículas no ensino superior sustentam uma tendência de crescimento de aproximadamente 1% e 0,75% ao ano, respectivamente, o que não é suficiente para o alcance das metas em 2024. Nesse ritmo, a taxa bruta estaria próxima ao 43% e a líquida aos 29%, percentuais inferiores as metas estabelecidas pelo PNE. O incremento de matrículas no ensino superior nos últimos anos vem sendo fortemente impulsionada pela modalidade EAD, a qual cresceu 82%, de 2014 a 2019, com concentração marcante no setor privado, não contribuindo para a meta de 40% das matrículas em instituições públicas de ensino, que ainda não foi atingida. Na modalidade presencial, o segmento público representa aproximadamente 30% das matrículas e não a metade. Os dois gráficos de matrícula revelam que a alternativa correta é a que afirma que em 2019, as matrículas na modalidade presencial representavam mais de 2/3 do total de matrículas no ensino superior no Brasil, porém em curva com leve tendência de queda, enquanto a série das matrículas na modalidade a distância revelou crescimento acentuado.</p>

4ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>O Censo 2022 começou a ser realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística em todo o país no dia 1º de agosto. Com dois anos de atraso, o Censo é fundamental para subsidiar políticas públicas e orientar a destinação de recursos e investimentos públicos e privados. Os dados do Censo são utilizados para calibragem da democracia representativa, através da contagem populacional e definição do número correspondente de deputados federais, estaduais e de vereadores e para determinação dos públicos-alvo de políticas públicas federais, estaduais e municipais. As informações censitárias auxiliam no detalhamento da população em risco para campanhas de vacinação e na identificação de áreas de investimento prioritário em saúde, educação, habitação, transportes, energia, programas de assistência a crianças, jovens e idosos, como apresentado no texto base da questão. As asserções I e II são verdadeiras porque os dados demográficos do Censo determinam a distribuição das transferências da União para estados e municípios, com impacto significativo nos orçamentos públicos. A segunda justifica a primeira porque sem essas informações atualizadas, estados e municípios que tenham sofrido alterações populacionais significativas acabam por receber valores de</p>

	repasses maiores ou menores que o devido.
--	---

5ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>A questão trata do multiculturalismo na seleção francesa. O multiculturalismo é um fenômeno social que pode ser relacionado com a globalização e as sociedades pós-modernas. Trata-se da inter- relação de várias culturas em um mesmo ambiente. Alguns países, como a França, apresentam uma maior multiculturalidade, devido a grupos de imigrantes recebidos e de outros fatores de integração e desenvolvimento de novas culturas. Se por um lado há um movimento de parte expressiva da sociedade francesa e do governo em busca de integrar os imigrantes, garantindo seus direitos, e de promover o multiculturalismo de forma pacífica e construtiva, por outro lado há resistência de parte da população francesa, que manifesta xenofobia travestida de temor a “islamização da França e perda da identidade cultural do país”. É ingênuo crer que a admiração de torcedores pelos jogadores da seleção é capaz de impactar na redução de preconceito dos cidadãos franceses contra descendentes de imigrantes, ou que a inclusão de jogadores de origem árabe e africana na seleção francesa altera as interpretações equivocadas dos efeitos da imigração. A ideia de que o aumento do número de jogadores de filhos de imigrantes ameaçam a perpetuação dos valores e da tradição do povo francês é uma concepção falsa e preconceituosa.</p>

6ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>A charge do personagem Armandinho, de forma ilustrativa, passa a ideia de que violência e igualdade social são inversamente proporcionais. Ao se aumentar a igualdade social se diminui a violência e vice-versa, o que não é uma mensagem contraditória à contida no texto. O texto reconhece a desigualdade social como uma causa da violência no Brasil e amplia a visão da causalidade, caracterizando a violência como um fenômeno complexo e multifacetado. Elenca, além da desigualdade social, outras causas, como a constituição histórica da sociedade brasileira, os aspectos culturais, psíquicos e comportamentais, sem que uma causa prevaleça sobre a outra.</p>

7ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2

Resposta comentada:	<p>Como apresentado no texto da questão o novo Marco Legal do Saneamento Básico incentiva modelos que podem representar ganhos de escala pelo agrupamento de municípios de menor e maior porte. A regionalização e a formação de consórcios intermunicipais ganha potencial importância na busca pela universalização do acesso ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. O crescimento percentual de atendimento com rede de água para a população total na década 2010-2020 foi de 3,0%. Em ritmo uniforme, se traduz em 0,30%, ao ano, o que em 13 anos representaria um crescimento de 3,9%. Nesse ritmo, em 2033, o atendimento com rede de água atingiria 88,0% (84,1% + 3,9%) da população total, o que é um percentual inferior ao objetivo de 99,0% contido no Marco Legal. O crescimento percentual de atendimento com rede de esgoto para a população total na década 2010-2020 foi de 8,8%. Em ritmo uniforme, se traduz em 0,88%, ao ano, o que em 13 anos representaria um crescimento de 11,4%. Nesse ritmo, em 2033, o atendimento com rede de esgoto atingiria 66,4% (55,0% + 11,4%) da população total, o que também é um percentual inferior ao objetivo de 90% contido no Marco Legal. O painel do SNIS mostra claramente percentuais melhores de acesso ao abastecimento de água e à coleta e tratamento de esgoto na populações urbanas, deixando claro que o maior desafio para o alcance dos objetivos do Marco Legal do Saneamento Básico está no atendimento à população residente fora da área urbana, em municípios de pequeno porte. E tomando por base o ano de 2020, o atendimento à população total com coleta e tratamento de esgoto precisaria crescer 35,0% em 13 anos para atingir o objetivo do Marco Legal do Saneamento Básico.</p>
----------------------------	---

8ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	Ambas as asserções são verdadeiras, como apresentado nos textos base da questão. No entanto, a desertificação da região central do Brasil como potencial consequência extrema do desmatamento da floresta amazônica se originaria do enfraquecimento dos rios voadores e não da formação da cabeceira dos rios amazônicos.

9ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2

<p>Resposta comentada:</p>	<p>O Modernismo foi uma tendência artístico-cultural ocorrida na primeira metade do século XX, que se manifestou em diversos campos das artes, como a pintura, escultura, arquitetura, literatura, dança e música. O movimento modernista se iniciou na primeira década do século XX, a princípio na Europa, chegando posteriormente ao Brasil por volta dos anos 1920. Impulsionados por um contexto histórico conturbado, onde grandes transformações estavam em curso, os artistas e intelectuais modernos passaram a repensar a maneira de produzir arte e literatura. Eles cada vez mais valorizavam um pensamento crítico. O Modernismo acontece em um cenário de conquistas tecnológicas, progresso da indústria, aprofundamento do sistema capitalista e das desigualdades. São características das obras modernistas: a recusa aos moldes acadêmicos, a liberdade criativa e de expressão, a valorização da experimentação, a busca pela aproximação da linguagem popular, a espontaneidade e irreverência, a ruptura com os formalismos, a ironia e o espírito cômico. No Brasil, o marco do movimento modernista se consolidou com a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922, no Theatro Municipal, em São Paulo. O evento contou com artistas de diversas áreas, como Mário de Andrade (literatura), Oswald de Andrade (literatura), Sérgio Milliet (literatura), Menotti Del Picchia (literatura), Ronald Carvalho (literatura), Villa Lobos (música), Victor Brecheret (escultura), Di Cavalcanti (pintura), Anita Malfatti (pintura) e Vicente do Rego Monteiro (pintura). Tarsila do Amaral não participou do evento porque encontrava-se em Paris, mas, quando retornou ao Brasil, se integrou ao grupo de artistas. No contexto do Modernismo Brasileiro, Oswald de Andrade criou o Movimento Antropofágico, que foi inaugurado a partir da publicação do Manifesto Antropofágico em 1928. A proposta do artista foi a de “engolir” as técnicas e as influências de outros países e, assim, fomentar o desenvolvimento de uma nova estética artística brasileira. Logo, surgiria um novo modo de “fazer arte” que contaria, a partir de então, com uma forte identidade nacional e, assim, se desvincularia da influência direta da cultura europeia. A antropofagia cultural de Oswald de Andrade promovia o canibalismo da cultura estrangeira. Essa metáfora simbolizava que a influência cultural de outros países deveria ser devorada e assimilada. Assim, a arte brasileira contaria com esses elementos, ressurgindo não como um reflexo cultural externo, mas como uma identidade nacional multicultural e original.</p>
-----------------------------------	--

10ª QUESTÃO

<p>Tipo da questão:</p>	<p>Múltipla Escolha</p>
<p>Grau de dificuldade:</p>	<p>Nível 2</p>

Resposta comentada:	<p>Considerando que a meta de cobertura vacinal estabelecida pela OMS para poliomielite é de 95,0%, o último ano no qual o Brasil atingiu a meta foi 2015. A queda no percentual de cobertura vacinal para poliomielite no Brasil de 2019 para 2020 foi de 8,1%, menor do que os 13,8% de 2015 para 2016. Já o aumento no percentual dessa cobertura de 2017 para 2018 foi de 4,8% que é maior do que o percentual registrado de 2014 para 2015, que foi de 1,5%. O recortada série histórica dos últimos quatro anos, apresentado no gráfico demonstra uma tendência de queda na cobertura vacinal para poliomielite no Brasil ano a ano, totalizando um decréscimo de 19,6% quando se compara o ano de 2021 com o ano de 2018. As campanhas de imunização para o combate ao coronavírus, nos anos de pico da pandemia da Covid (2020/2021), não foram capazes de gerar sensibilização para imunização de uma forma geral. No caso da cobertura vacinal para poliomielite no Brasil, o que se observou nesses anos foi a continuidade da curva decrescente no percentual das crianças vacinadas.</p>
----------------------------	---

11ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>A) Correto, conforme art. 3º.</p> <p>B) Errado, pois: as contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado. (art.1º, §2º, da Lei nº 14.133/21)</p> <p>C) Errado, pois, nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República. (art. 1º, §3º, da Lei nº 14.133/21)</p> <p>D) Errado, pois a Lei nº 14.133/21 aplica-se também aos Tribunais de Contas e ao Ministério Público.</p> <p>E) Errado, pois todos esses órgãos estão incluídos no alcance da Lei nº 14.133/21.</p>

12ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2

Resposta comentada:	A asserção I está correta, conforme art. 2º, Parágrafo único, da Lei nº8.429/92. A asserção II está incorreta, uma vez que a Lei nº14.230/2021 não revogou a Lei nº 8.429/92. Houve apenas uma alteração dos termos da lei expressiva, mas que não configura revogação do diploma anterior.
----------------------------	---

13ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	Uma sociedade laica é aquela que não possui uma religião oficial. Assim, há uma separação entre o Estado e a religião. Por sua vez, dentro de uma sociedade democrática admiti-se a pluralidade de comportamentos, hábitos e culturas. Desse modo, qualquer manifestação de intolerância religiosa ou restrição à liberdade de credo é incompatível com o princípio da laicidade, já que busca impor uma doutrina religiosa e da democracia por negar o direito de escolha.

14ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	Nos termos do artigo 5º, inciso LXIX, da CRFB/88, “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> , quando o responsável por ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. No caso em tela, encontram-se presentes todos os elementos. A decisão foi proferida por uma autoridade pública (Fazenda Pública), de forma ilegal ao ofender o direito líquido e certo da empresa em obter a certidão, tendo em vista que a exigibilidade do crédito estava suspensa. Como é um titular único, não se trata de hipótese de MS coletivo, mas individual.

15ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3

Resposta comentada:	<p>Nos termos do artigo 18, caput, da CRFB/88: “A organização político- administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição [...]”. Além disso, conforme o §4º do dispositivo em comento, “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei”. Logo, a única alternativa que atende ao dispositivo é a letra D. Em relação à letra E, a aprovação de lei ordinária estadual pela Assembleia Legislativa é ato discricionário e não vinculado.</p>
----------------------------	---

16ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>A: O veto jurídico é considerado uma forma de controle de constitucionalidade preventivo exercido pelo Poder Executivo. Todos os poderes podem fazer o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.</p> <p>B: Correto.</p> <p>C: Errado, conforme art. 66, §2º, da CRFB/88.</p> <p>D: Para o veto ser rejeitado, basta o voto da maioria absoluta de Deputados e Senadores, em sessão conjunta, conforme 66, §2º, da CRFB/88.</p> <p>E: Errado, conforme art. 66, §1º, da CRFB/88.</p>

17ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>Fundamentação: o art. 54, caput e parágrafos da Lei nº. 11.101/2005 disciplina o pagamento dos créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial. Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.</p> <p>§ 1º. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)</p> <p>§ 2º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente: (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência) I - apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)</p> <p>II - aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, na forma do § 2º do art. 45 desta Lei; e (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)</p> <p>III - garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020)</p>

18ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>A inscrição do empresário no Registro de atividades mercantis é obrigatório por força do art. 967 do Código Civil, antes mesmo do início da sua atividade: "Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade."</p>

19ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	Resposta correta letra B. Os Direitos da Personalidade são os direitos inerentes à pessoa e à sua dignidade, incluindo-se no rol dos direitos de personalidade os dados pessoais. A Carteira de Identidade Nacional(CIN) é um documento digital que reúne em um único lugar todos os registros de cada cidadão. Nele, é possível encontrar informações sobre o documento de identidade (RG), CPF, Certidões de Nascimento e Casamento e Título de Eleitor.

20ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	Resposta correta Letra e. Conforme previsão legal do art. 49 do CDC, o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar do recebimento do produto, sempre que a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial. Certo, ainda, que exercido o direito de arrependimento deverá receber os valores pagos pelo produto.

21ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	A resposta correta está amparada no art. 75-D da CLT: Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) Parágrafo único. As utilidades mencionadas no caput deste artigo não integram a remuneração do empregado. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

22ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3

Resposta comentada:	A alternativa correta está amparada no art. 74, §4º da CLT: Art.74, § 4º, CLT. Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho .
---------------------	---

23ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	<p>Segue a análise das assertivas:</p> <p>I- CERTA - Art. 58-A da CLT. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.</p> <p>II- CERTA - Art. 58, §1º da CLT - Não são consideradas como trabalho extraordinário as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p> <p>III- ERRADA - Art. 59-A. O horário de trabalho de 12 x 36 horas poderá ser pactuado mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo <u>abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver</u>, de que tratamo art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.</p> <p>IV - ERRADA - Art. 74 § 4º da CLT - Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, <u>mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho</u>.</p> <p>V- ERRADA - Art. 71, § 4º da CLT - A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p>

24ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1

Resposta comentada:	<p>A) Errado. Conforme artigo 36, I, da Lei nº 12.529/11, “Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I – limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; [...]”. Logo, não é necessária culpa grave.</p> <p>B) Errado. Conforme artigo 36, II, da Lei nº 12.529/11, “Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: II – dominar mercado relevante de bens ou serviços; [...]”. Logo, não é necessária culpa grave ou dolo.</p> <p>C) Correto.</p> <p>D) Errado. Conforme artigo 34, parágrafo único, da Lei nº 12.529/11: “A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração”.</p> <p>E) Errado, visto que são searas jurídicas autônomas. Conforme artigo 35 da Lei nº 12.529/11: “A repressão das infrações de ordem econômica não exclui a punição de outros ilícitos previstos em lei”.</p>
----------------------------	--

25ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1

Resposta comentada:	Gabarito comentado: <ol style="list-style-type: none"> 1. A) Errado. As sociedades de economia mista necessitam ser constituídas na forma de sociedade anônima apenas, diferentemente das empresas públicas. 2. B) Errado, pois as empresas públicas podem exercer atividade econômica e/ou prestar serviços públicos. 3. C) Errado, pois tanto empresa pública quanto sociedade de economia mista são entidades de direito privado, com o regime parcialmente público a depender da natureza da atividade exercida. 4. D) Errado. Na empresa pública, apenas pessoas administrativas participam da formação do capital (qualquer pessoa administrativa, pública ou privada). Na sociedade de economia mista, o capital é público e privado, exigindo o ordenamento que o controle acionário permaneça com o Estado. 5. E) Correto. As empresas públicas podem assumir qualquer forma societária admitida em direito. Ademais, essas entidades podem ter como objeto a prestação de serviço público ou o exercício de atividade econômica.
----------------------------	--

26ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	A crítica aos iluministas e positivistas decorre da tese, encampada por esses movimentos, da separação entre direito e moral. Os positivismos, de um modo geral, impõem ao ato de julgar a regra normativa ou mesmo valores subjetivos. Criticam, desse modo, qualquer subserviência do juiz a valores universais de justiça, como pressupõe a defesa do jurista como um servidor da justiça em vez de um subserviente da política.

27ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	O que se espera no Estado Democrático de Direito é que os princípios do Estado de Direito sejam assegurados constitucionalmente devem ser defendidos por Governos democráticos, opondo-se aos modelos ditatoriais e totalitários.

28ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1

Resposta comentada:	As constituições liberais do século XVIII foram as primeiras constituições escritas e rígidas, além de marcadas pela limitação de poder político estatal e pela consagração dos direitos fundamentais de 1ª geração ou dimensão – direitos civis e políticos.
----------------------------	---

29ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	Resposta correta letra A. Na teoria tridimensional, Miguel Reale defineo direito como o conjunto de norma, valor e fato. Ante a triplicidade dos aspectos do fenômeno jurídico (fato, valor e norma) afirma que aciência jurídica deve estudar as normas sem abstrair os fatos e os valores presentes. A essa doutrina que requer a integração dos três elementos constitutivos do direito numa unidade funcional e de processo, Miguel Reale designa de tridimensionalidade específica do direito, reclamando aquela integração em correspondência com os problemas complementares da validade social, da validade ética e da validade técnico-jurídica

30ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1
Resposta comentada:	Letra C. Vacatio Legis é o intervalo de tempo entre a data da publicação da lei e sua entrada em vigor, iniciando-se a obrigatoriedade na lei nova. Dessa forma, a população pode ter contato com as novas disposições para se acostumar com as mudanças.

31ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	GABARITO: As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I. A questão envolve a LEI DE REFORMA PSIQUIÁTRICA (LEI N. 10.216/2001) e a RESOLUÇÃO N. 113 DO CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA acerca das medidas de segurança.

32ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	A resposta correta envolve o que chamamos de "LEI DO DEPOIMENTO SEM DANO", regulamentado pela Lei n. 13.431/2017 – art. 7º ao 12.

33ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1
Resposta comentada:	<p>A: Correto.</p> <p>B: Com efeito, a guerra é um ilícito internacional e ações armadas depende da autorização do Conselho de Segurança. Ademais, a legítima defesa é sim prevista pela Carta da ONU. O erro da questão, no entanto, é o direito à legítima defesa existe apenas diante de um efetivo ataque armado, não comportando a possibilidade de uma suposta “legítima defesa preventiva”.</p> <p>C: Mesmo estando diretamente envolvido no caso, a Rússia pode vetar eventuais resoluções no Conselho de Segurança.</p> <p>D: O órgão da estrutura da ONU que será diretamente responsável pela administração desse mecanismo é o Conselho de Segurança das Nações Unidas.</p> <p>E: Os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU são: Estados Unidos da América, França, China, Rússia e Grã-Bretanha.</p>

34ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1
Resposta comentada:	<p>Tratados não podem ser orais e nem regidos pelo direito interno. Além disso, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1986 previu expressamente a possibilidade de organizações internacionais celebrarem tratados também. Portanto, a conceituação de tratado é a seguinte: “Tratado significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados ou Organizações Internacionais, regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”.</p>

35ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1

Resposta comentada:	A sociedade internacional não é pacífica, afinal inúmeras guerras e conflitos ocorreram e ocorrem ainda no cenário atual. Além disso, não existe um poder legislativo nem judiciário mundial. A ONU é apenas uma OI de atuação universal, sem ter a pretensão de se tornar legislador do mundo, ainda que possua atuação de destaque na elaboração de normas internacionais. Ademais, a sociedade internacional é paritária, porém os membros possuem apenas igualdade formal. A sociedade internacional é heterogênea e não homogênea, além de ser descentralizada. Está correta a afirmativa que informa ser a sociedade internacional universal, ainda que o nível de integração de alguns de seus membros não seja tão profundo.
----------------------------	--

36ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	GABARITO COMENTADO: I - Correto, conforme entendimento trazido por jurisprudência do ST; II - Correto, conforme entendimento trazido por jurisprudência do ST; III - Correto, conforme art. 14, §1º da Lei 6.938/81;

37ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	GABARITO COMENTADO: a) Errado, conforme art. 9º da Lei 6938/81; b) Errado, conforme art. 1º da Resolução CONAMA 237/1997; c) Correto, conforme Resolução CONAMA 237/1997; d) Errado, conforme art. 4º, I, da Resolução CONAMA 237/1997; e) Errado, conforme art. 3º, da Resolução CONAMA 237/1997;

38ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 1
Resposta comentada:	Dentre as formas de dominação para Weber, a carismática é legitimada pela fé/confiança e pelas qualidades do líder. A legitimidade vem da crença nas qualidades excepcionais de alguém para dirigir um grupo social. Os seus discípulos, por sua vez, o obedecem por terem fé em suas qualidades e em sua pessoa. Significa que o carisma da pessoa exerce influência

	positiva e inspira à obediência.
--	----------------------------------

39ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>I- ERRADA: ainda há inúmeros dispositivos de índole notadamente inquisitorial no CPP, fazendo com que a doutrina, mesmo após a inserção do art. 3º-A no CPP, continue afirmando que adotamos um sistema neo inquisitivo no processo penal brasileiro;</p> <p>II- CERTA</p> <p>III- CERTA</p> <p>IV- ERRADA: a fase investigativa, apesar de não ser indispensável, tem caráter inquisitivo.</p>

40ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>Art. 5º</p> <p>LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;</p> <p>LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:</p> <p>a) partido político com representação no Congresso Nacional;</p> <p>b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;</p>

41ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2

Resposta comentada:	<p>I. O crescimento do estoque de processos pendentes no Poder Judiciário decorre de sua constante queda de produtividade.</p> <p>Incorreto. O enunciado não trata da produtividade e não traz dados para se comprovar a queda de produtividade.</p> <p>II. A elevação anual de casos novos no sistema judicial brasileiro é umas das justificativas para o incentivo a meios alternativos de solução de controvérsias, a exemplo do previsto na referida lei.</p> <p>Correta, o enunciado traz uma conexão entre o princípio da consensualidade inserida no CPC por causa do excesso de processos.</p> <p>III. O parágrafo único do art. 1º dessa lei inclui no conceito de mediação a atividade de julgamento realizada por juízes de primeira instância.</p> <p>Incorreto, o conceito do parágrafo 3º menciona "sem poder decisório" o que exclui os juízes.</p> <p>IV. Os particulares que desejarem recorrer à mediação para resolução de conflitos referentes a direito patrimonial disponível poderão fazê-lo por meio de aplicativos de telefone celular, fórum digital ou rede social.</p> <p>Correto, de acordo com o art. 46.</p>
----------------------------	--

42ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>O acórdão do STJ se justifica segundo a ética da virtude ou a teoria comunitarista da justiça, defendidas por Michael Sandel. Aproximando-se de Aristóteles, Sandel critica os modelos da ética moderna favoráveis ao princípio do Estado neutro. Contrariamente, o autor do texto, apresentado no enunciado da questão, opõe-se aos modelos de ética e justiça defensáveis pelo pensador norte-americano.</p>

43ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2

Resposta comentada:	<p>São incorretas as afirmações II, III e IV.</p> <p>A afirmação contida no item II está incorreta porque a Constituição Federal impõe que o imposto de renda não está sujeito a anterioridade, nos moldes do artigo 150, § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.</p> <p>A afirmação contida no item III está incorreta porque a competência para instituir o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é privativa da União, nos termos do artigo 153, inciso II da Constituição Federal.</p> <p>A afirmativa contida no item IV está incorreta porque a indenização por dano estritamente moral não é fato gerador do Imposto de Renda, pois se limita a recompor o patrimônio imaterial da vítima, atingido pelo ato ilícito praticado., conforme entendimento do STJ, Súmula 498- Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.</p> <p>A afirmação contida no item I está correta nos moldes do artigo Art. 157, inciso I da nossa Constituição. (I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;).</p> <p>A afirmação contida no item V, também está correta segundo entendimento do STJ Súmula 125- O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito a incidência do imposto de renda.</p>
----------------------------	---

44ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	As convenções particulares, como o contrato de locação, terão efeito entre os contratantes, mas não podem ser opostos ao Fisco, que identifica o contribuinte como referência exclusiva da Lei. Esse entendimento resta consolidado na Súmula 614 do STJ "O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos."

45ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2

Resposta comentada:	<p>A Constituição Federal exige que todos os elementos necessários ao nascimento da obrigação tributária estejam previstos em lei, conforme dicção do artigo 150, inciso I da CF.</p> <p>Entretanto a própria Constituição Federal admite flexibilização, permitindo ao Poder Executivo, atendendo as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A expressão Poder Executivo, contido no dispositivo, deve ser interpretado em sentido amplo, ou seja, essa competência não é exclusiva do Presidente da República, podendo a lei atribuir a outro órgão do Poder Executivo, conforme entendimento do STF.</p>
----------------------------	---

46ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>I- CORRETA</p> <p>II- CORRETA</p> <p>III- ERRADA: O mérito do condenado é aferido pelo seu comportamento carcerário e a nova redação do parágrafo primeiro do art. 112, da Lei nº 7.210/84 (LEP) exige que o apenado possua bom comportamento carcerário para obtenção da progressão de regime.</p> <p>IV- ERRADA: Os incisos VII e VIII do art. 112 da Lei nº 7.210/84 (LEP), com nova redação dada pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19) admitem a progressão de regime para condenado por crime hediondo ou equiparado reincidente em crime da mesma natureza.</p>

47ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	<p>GABARITO: D. As assertivas I, II estão corretas. A assertiva III está incorreta porque o legislador criminalizou o registro não autorizado de intimidade sexual no art. 216-B, isso inclui filmar, fotografar, etc. cenas de nudez, de atos sexuais, etc., sem consentimento dos participantes. A assertiva IV está incorreta porque o art. 218-C em seu §2º estabelece que não haverá crime se a conduta de divulgação for de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, caso seja maior de 18 (dezoito) anos.</p>

48ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	B As assertivas I, II e IV estão corretas. A assertiva III está incorreta, pois matéria de proibição penal, não é possível a criação de tipos penais por meio de medida provisória, somente por meio de lei, conforme definido pelo princípio da reserva legal.

49ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 2
Resposta comentada:	I) correto, conforme art. 26, §6º e 7º, da Lei nº 13.445/17. II) O apátrida reconhecido que não opte pela naturalização imediata terá a autorização de residência outorgada em caráter definitivo e apenas deixará de ter a proteção do Estado brasileiro, conferida pela Lei 13.445/2017, nos casos de renúncia; prova da falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de apátrida; ou a existência de fatos que, se fossem conhecidos por ocasião do reconhecimento, teriam ensejado decisão negativa. Vide art. 26, §8º, da Lei nº 13.445/17. III) correto, conforme art. 26, §4º, da Lei nº 13.445/17. IV) correto, conforme art. 26, 12, I, da Lei nº 13.445/17.

50ª QUESTÃO

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Grau de dificuldade:	Nível 3
Resposta comentada:	Ambas as proposições são verdadeiras, porém a asserção II não justifica a asserção I. São informações autônomas, sem relação de causalidade. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode receber tanto petições individuais quanto interestatais contendo alegações de violações de direitos humanos, tendo por objetivo ampliar o acesso ao sistema interamericano. Há, todavia, algumas condições de admissibilidade. A asserção II prevê corretamente a condição de esgotamento dos recursos internos, sem justificar a primeira asserção.